



Faculdade de Ciências da Saúde – FACS

Curso de Psicologia

Rogers: Psicoterapia e Subjetividade – Uma Reflexão Crítica

José Eduardo de Araujo Formosinho

Brasília - DF

Novembro de 2006

José Eduardo de Araujo Formosinho

Rogers: Psicoterapia e Subjetividade – Uma Reflexão Crítica

Monografia elaborada como pré-requisito para a conclusão do curso de Psicologia da Faculdade de Ciências da Saúde, do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, orientada pelo professor Fernando González Rey.

Brasília – DF, Novembro de 2006

Agradecimentos

Agradeço a Alzirinha e Octávio Formosinho, meus pais, por terem me ensinado o amor à vida e o respeito à dignidade humana, e a Heliomar Rosa (Lili), pelo incentivo e pela companhia nesta jornada.

Os meus agradecimentos e o meu reconhecimento ao professor Fernando Luís González Rey, pela orientação segura e competente; e ao professor Otávio de Abreu Leite, por ter me iniciado pelos fascinantes caminhos da prática psicoterápica centrada na pessoa. A ambos, por terem me proporcionado um convívio carinhoso e respeitoso

Um agradecimento especial às pessoas que, ao utilizarem serviços de ajuda, me proporcionaram a oportunidade de experienciar fazer parte de uma relação de ajuda.

Sumário

| | |
|--|----|
| Resumo | iv |
| Introdução..... | 01 |
| 1. Fundamentação Teórica..... | 03 |
| 1.1. A Psicologia Humanista | 03 |
| 1.1.1. Abraham Maslow | 05 |
| 1.1.2. Carl Rogers | 07 |
| 1.1.2.1. A Concepção da Natureza Humana..... | 08 |
| 1.1.2.2. Comunicação Consigo Mesmo | 09 |
| 1.1.2.3. Autenticidade..... | 09 |
| 1.1.2.4. Liberdade Experiencial..... | 10 |
| 1.1.2.5. Imagem de Si | 10 |
| 1.1.2.6. Rogers por Rogers: Uma Teoria da Personalidade..... | 11 |
| 1.1.2.7. Psicoterapia Centrada na Pessoa..... | 15 |
| 1.1.3. Rollo May | 17 |
| 1.1.4. A Influência da Psicologia Humanista | 19 |
| 2. A Questão da Subjetividade | 20 |
| 2.1. A Teoria da Subjetividade | 20 |
| 2.2. A Questão da Subjetividade em Rogers | 23 |
| 2.3. Pontos Convergentes e Divergentes | 27 |
| 3. Como se Articula a Subjetividade em Rogers para a Psicoterapia..... | 30 |
| 4. Conclusão | 38 |
| Referências Bibliográficas..... | 41 |

Resumo

Este trabalho teve o objetivo de explicitar a questão da subjetividade na obra de Carl Rogers e como a sua noção de subjetivo foi articulada na psicoterapia centrada na pessoa, tendo em vista que, apesar da falta de uma conceituação clara sobre o assunto, o seu modelo psicoterápico foi alicerçado sobre a noção da subjetividade humana. Em toda a sua obra, Rogers deixa implícita uma idéia de subjetividade atrelada à noção humanista segundo a qual o ser humano possui uma essência universal voltada para o crescimento e para a realização pessoal, noção essa em torno da qual foi articulada a psicoterapia centrada na pessoa. Assim, ao focar a sua obra sobre o sujeito individual, deixa de explorar as dimensões histórica, social e cultural presentes na formação da psique humana. Caso o pensamento rogeriano não tivesse se articulado em torno de um sujeito individual, e, conseqüentemente, considerasse convenientemente as complexas relações individuais e coletivas no seio das sociedades humanas, teria a psicoterapia rogeriana implicado em novos métodos no campo da psicologia social? Reflexões como esta talvez se revelem úteis na atualidade caso procurem aliar o método psicoterápico rogeriano a práticas comunitárias.

Palavras-chave: subjetividade, psicoterapia centrada na pessoa, psicologia humanista

Introdução

Desde que a psicologia foi reconhecida como disciplina acadêmica formal, em meados do século XIX, sob a égide do espírito positivista, estudiosos vêm tentando enquadrá-la nos moldes rígidos das ciências naturais. Desde Wundt, a psicologia passou por revisões drásticas, mas sem pretensões de romper com o passado. Contudo, em 1913, John Watson propôs um rompimento radical com o estruturalismo e com o funcionalismo - correntes de pensamento posteriores a Wundt - movimento que recebeu o nome de comportamentalismo, como podemos apreender do texto de Schultz & Schultz (1981):

Os pilares básicos do comportamentalismo de Watson eram simples, diretos e ousados. Ele desejava uma psicologia objetiva, uma ciência do comportamento que só lidasse com atos comportamentais observáveis, passíveis de descrição objetiva em termos de estímulo e resposta. Ele queria aplicar aos seres humanos os procedimentos e princípios experimentais da psicologia animal, um campo em que trabalhara (p.211).

O autor deste trabalho acredita que o comportamentalismo de Watson, e seus desdobramentos - que resultaram no comportamentalismo de Skinner - foi o movimento mais radical no sentido de aprisionar a psicologia nas formas das ciências naturais.

Já no início da década de 50 surgiu nos Estados Unidos um movimento que pretendia romper com as principais forças da época na psicologia, que eram a psicanálise e o comportamentalismo. O movimento ficou conhecido como terceira força, ou psicologia humanista. Eles deram ênfase à experiência consciente e acreditavam na integralidade da natureza e da conduta humanas, na espontaneidade, no livre arbítrio e no poder de criação do indivíduo, e no estudo de tudo que pudesse ter relevância para a condição humana, como o amor, o ódio, a afeição e o medo, por exemplo.

O homem, segundo a visão humanista, não podia mais ser encarado como funcionando de maneira semelhante a animais ou máquinas, apenas respondendo a estímulos do ambiente, nem irremediavelmente determinado por traumas infantis ou por forças do inconsciente. A nova visão pressupunha um ser com capacidades e qualidades conscientes subjetivas, que o distinguia dos animais irracionais. Assim, não deveria ser quantificado e o seu comportamento fugia à previsibilidade, característica tão cara às ciências naturais.

Um dos precursores do novo movimento foi Franz Brentano, que criticou o uso da abordagem mecanicista e reducionista da ciência natural na Psicologia. Como um dos expoentes da psicologia humanista podemos citar Carl Rogers, que desenvolveu um interessante método, conhecido como psicoterapia centrada na pessoa. Embora Rogers

encarasse o ser humano como portador de capacidades inatas para promover o próprio desenvolvimento, o que nos remete à idéia de um pensador com resquícios do mecanicismo, ele criou um modelo psicoterápico a tal ponto libertário, no entendimento do autor deste trabalho, que procurou minimizar a influência do terapeuta no processo de desenvolvimento do cliente, embora admitisse a idéia de que o terapeuta também era influenciado no processo terapêutico. Em uma de suas obras, Rogers (1997) diz: “Se me permito realmente compreender uma outra pessoa, é possível que essa compreensão acarrete uma alteração em mim” (p.22-23).

Do ponto de vista filosófico e, conseqüentemente, epistemológico, Carl Rogers, assim como os demais humanistas, foi influenciado pelas idéias existencialistas e fenomenológicas, encarando o ser humano, portanto, na sua subjetividade e, assim, rompendo os grilhões que, desde Wundt, muitas correntes da psicologia tentaram atá-lo às ciências naturais.

Hoje, pensadores em atividade aceitam o rompimento dos humanistas com a visão epistemológica que sempre tentou ligar a psicologia às ciências naturais, e o seu aporte a uma teoria da subjetividade, como González Rey (2005a, 2005b), contudo, com importantes ressalvas, inclusive a Carl Rogers. Uma das críticas de González Rey (*op.cit.*) diz respeito ao fato de o humanismo encarar o homem como possuidor de uma essencialidade a ele inerente e não construído pelo processo histórico-cultural. Contudo, reconhece que a visão humanista de que o homem é capaz de autodeterminar-se, autoatualizar-se e autorealizar-se a diferencia da psicanálise em um aspecto fundamental para a compreensão do homem enquanto sujeito (González Rey, 2005b): “a capacidade para atuar seguindo convicções e princípios pessoais, que, em si mesmo, são geradores de subjetivação, e não simplesmente a expressão de forças ocultas” (p.59).

González Rey (*op.cit.*) faz uma crítica a Carl Rogers no sentido de que, apesar daquele autor encarar o homem na sua processualidade, ele não nos apresenta uma teoria geral da subjetividade individual, visão aceita pelo autor deste trabalho. Contudo, apesar da falta de uma teoria formal da subjetividade em Rogers, a categoria subjetividade está implícita em toda a sua obra. Como o autor do presente trabalho considera a psicoterapia centrada na pessoa como um método eficiente no processo de ajuda ao ser humano, podemos nos perguntar: como se articula a questão da subjetividade em Rogers para a psicoterapia centrada na pessoa? Este trabalho, portanto, tem como objetivo explicitar a categoria da subjetividade em Carl Rogers e a sua articulação para o processo psicoterápico, passando pelos pontos afins e contraditórios entre Rogers e a teoria da subjetividade de González Rey.

1. Fundamentação Teórica

1.1. A Psicologia Humanista

Como acontece em todos os movimentos, os temas da psicologia humanista já vinham sendo defendidos ao longo do tempo. Franz Brentano, por exemplo, considerado como precursor dos gestaltistas, em oposição a Wundt, criticou o seu método experimental, pois, para ele, a abordagem mecanicista e reducionista das ciências naturais não deveria ser usada na psicologia. Favoreceu o estudo da consciência como qualidade ativa.

Existem tantos pontos de convergência entre as idéias dos gestaltistas e da psicologia humanista que, segundo Schultz & Schultz (1981), “Alguns psicólogos afirmaram que a semelhança entre a psicologia da gestalt e a psicologia humanista é tão forte que não há razão para dar ao movimento mais novo nenhum outro nome” (p.393).

Na psicanálise há vários antecedentes das posições da psicologia humanista, como em Adler, Horney e Erickson. Eles contestaram Freud quanto à idéia de que as pessoas são governadas por forças inconscientes e não admitiam a posição freudiana segundo a qual a personalidade é determinada por forças biológicas e eventos do passado.

A psicologia humanista surgiu nos Estados Unidos, no início da década de 50. Também ficou conhecida como a terceira força, pois se opunha às duas principais correntes na psicologia da época: o comportamentalismo e a psicanálise. Na visão de Schultz & Schultz (ibid), é como se o novo movimento refletisse a insatisfação dos jovens da década de 60 contra a cultura ocidental em seus aspectos mecanicistas e materialistas.

A crítica ao comportamentalismo era no sentido de que aquela era uma abordagem artificial da natureza humana, uma vez que a ênfase no comportamento manifesto equiparava os homens a máquinas e animais irracionais. Não aceitavam a visão de homem funcionando de modo determinista em resposta a experiências da infância e reagindo a estímulos do meio. Outra crítica importante dos psicólogos humanistas era que o comportamentalismo não aceitava as qualidades e capacidades conscientes subjetivas do homem, que são exatamente aquelas que o distinguem dos demais animais. Assim, os seres humanos não podiam ser objetificados, quantificados ou reduzidos a unidades de estímulo-resposta.

Quanto à abordagem freudiana da psicologia, os psicólogos humanistas não aceitavam a tendência determinista nem a minimização do papel da consciência. Criticavam o fato de os freudianos só estudarem pessoas perturbadas. Assim, não poderiam aprender coisa alguma sobre a saúde mental, sobre as qualidades e características humanas positivas.

Ao contrário dessa visão, a psicologia humanista se preocupava com pessoas psicologicamente saudáveis. Assim, sua abordagem terapêutica era diferente. Nas décadas de 60 e de 70, as chamadas terapias de crescimento, que partiam do movimento do potencial humano, proliferaram em grupos de encontro que se formaram em igrejas, escolas, empresas, presídios e clínicas privadas, o que fez com que muitas pessoas acreditassem que a psicologia humanista se reduzia aos grupos de encontro.

Do ponto de vista epistemológico, a psicologia humanista apoiou-se na fenomenologia, filosofia “segundo a qual as pessoas vêem o mundo de sua própria e única perspectiva” (Davidoff, 2001, p.14), e no existencialismo, que defende a liberdade do ser humano e o seu caráter singular. Vietta (1995) ressalta que o homem é singular e apenas ele tem a consciência da sua singularidade. Segundo Giovanetti, in Angerami (2005), os filósofos da existência, em vez de perguntar *o que é o homem?*, reformulam a pergunta para *quem é o homem?* O existencialismo se fundamentou no pensamento de Kierkegaard, que se contrapôs ao caráter universal e determinista do homem de Hegel, uma vez que acreditava no singular e na vontade. A maior parte dos psicólogos humanistas aceita a filosofia fenomenológica-existencial. Giovanetti (idem) chama a atenção para o fato de que “Enquanto a Fenomenologia é compreendida pelos discípulos como um método, o Existencialismo é entendido como uma doutrina filosófica sobre o homem” (p.159). Assim, para entender o ser humano, é preciso enfocá-lo dentro do seu próprio quadro de referência. Dessa maneira, não se pode ignorar a interpretação subjetiva, ou seja, a maneira pela qual cada ser humano percebe o mundo.

Segundo Figueiredo (1991), os estruturalismos e a fenomenologia, enquanto matriz de pensamento psicológico, representam questões alternativas para a indagação de como produzir, como identificar e como fundamentar uma interpretação verdadeira: “ambos se autoproclamam adequados para a construção de disciplinas compreensivas rigorosamente científicas” (p.172). O autor ressalta que os estruturalismos concebem o rigor em termos metodológicos, prioritariamente, e exigem empenho na formalização de conceitos, de hipóteses e de procedimentos analíticos, enquanto que a fenomenologia se preocupa com o rigor epistemológico, e radicaliza o projeto de análise crítica dos fundamentos e das condições de possibilidade do conhecimento.

Do ponto de vista metodológico, a fenomenologia procura fazer uma descrição imparcial da experiência tal como ela ocorre. “É uma observação não corrigida em que a experiência não é analisada em seus elementos nem abstraída artificialmente de alguma outra maneira” (Schultz & Schultz, 1981, p.297).

Referindo-se ao método fenomenológico segundo a concepção de Husserl e Heidegger, Van Den Berg (2000) diz que:

“...consiste o método fenomenológico em descrever o objeto, tal como se revela ser em si, dentro da perspectiva do sujeito consciente. Destarte, objeto e sujeito já não são dois absolutos essencialmente independentes, mas comparáveis a dois pólos necessariamente ligados em relação recíproca de cognoscibilidade. Assim, manifestando-se tal como é, o objeto revela o respectivo sujeito; e inversamente, ao relatar o seu estado de alma, o sujeito não pratica a pura introspecção subjetiva, mas indica o modo em que lhe é dada o mundo objetivo e temporal, abrangendo o próprio corpo, além dos corpos ambientes, físicos ou humanos” (p.7).

Os psicólogos humanistas estão interessados em que as pessoas entendam a si próprias e se desenvolvam ao máximo, entendem o ser humano de um ponto de vista holístico, como um todo, enfatizam o individual, o excepcional e o imprevisível. Os autores mais citados pelos historiadores da psicologia são Abraham Maslow, Carl Rogers e Rollo May. Contudo, vale ressaltar outras personalidades citadas com menor frequência. Cabral e Nick (2001), por exemplo, no verbete *Psicologia Existencialista*, escrevem: “Entre as figuras de maior destaque no movimento conhecido como Terceira Força em Psicologia, (equidistante da Psicanálise e do Behaviorismo), são nítidas as influências recebidas do existencialismo e da fenomenologia: Rollo May, Abraham Maslow, Carl Rogers, F. J. Buytendijk, Stephen Strasser, Van Lennep e outros” (p.250). Já no verbete *Psicologia Humanista* os mesmos autores dizem: “Foi para contestar essa ‘psicologia mutilada’ que os principais representantes da Psicologia Humanista, Abraham Maslow, Kurt Goldstein, Carl Rogers, Gardner Murphy, James Bugental e Charlotte Bühler, propuseram uma alternativa que constituísse uma Terceira Força na Psicologia” (p.255).

1.1.1. Abraham Maslow

Abraham Maslow procurava entender as realizações mais elevadas que os humanos são capazes de alcançar. Com esse objetivo, estudou uma amostra de pessoas por ele consideradas como as mais saudáveis psicologicamente, com o objetivo de compará-las com as pessoas com saúde mental considerada mediana, ou seja, a maioria. Foi a partir daí que desenvolveu uma teoria da personalidade.

A infância de Maslow foi marcada por um sentimento de inferioridade. Talvez daí decorra a sua identificação com a obra de Alfred Adler, pois a teoria adleriana contemplava o sentimento de inferioridade e os mecanismos de compensação desse complexo de

inferioridade. Como não conseguiu sobressair no campo atlético, com o seu físico esquelético, Maslow voltou-se para os livros, campo no qual se notabilizou.

Nasceu no Brooklyn, em Nova York, de um pai bêbado e ausente e de uma mãe punitiva e que o rejeitava em favor de outros dois filhos mais novos. Um episódio marcou o jovem Abraham, que nunca perdoou a mãe por isso: ela matou dois gatos que ele havia levado para casa, batendo a cabeça dos felinos contra a parede, na frente do filho. Mais tarde ele escreveria que toda a sua filosofia de vida, pesquisas e teorias tiveram raízes no ódio e na revolta contra tudo que ela representava (Schultz & Schultz, 1981).

Maslow desenvolveu uma teoria da personalidade com foco na motivação para crescer e realizar o eu para concretizar plenamente capacidades e potencialidades. Acreditava que o homem possuía uma natureza essencial própria e necessidades aparentemente boas ou neutras, em vez de más. Assim, em um ambiente favorável e pelos próprios esforços para realizar a sua natureza, a personalidade evolui e os poderes criativos do homem se manifestam com maior clareza. A miserabilidade do homem, para ele, era causada por problemas no ambiente.

Partindo do comportamentalismo, que abandonou por entender ser aquela uma abordagem limitada para questões humanas, ficou impressionado com o psicólogo Max Wertheimer e com a antropóloga Ruth Benedict, o que o levou aos primeiros estudos sobre pessoas auto-realizadoras psicologicamente saudáveis.

Maslow considerava que as pessoas tinham uma tendência inata para a auto-realização e, quando tornavam-se auto-realizadas, estavam no topo do desenvolvimento. Para tornar-se auto-realizadoras, as pessoas precisavam resolver necessidades básicas segundo a hierarquia de necessidades que ele concebeu. As necessidades mais baixas são inatas e precisam ser satisfeitas para que apareça a motivação para novas necessidades. As necessidades dos níveis mais baixos da hierarquia trazem o que ele chamou de motivação de deficiência. Assim, a hierarquia começa com as necessidades fisiológicas (ar, alimentação, água, sono, sexo) e vai aumentando a complexidade, passando para necessidade de garantia (segurança, estabilidade, proteção, libertação do medo e da ansiedade), necessidade de pertinência e de amor e necessidade de estima dos outros e de si mesmo. A partir daí, a motivação sai da área da deficiência e passa a ser motivação de crescimento. Agora, a necessidade é de auto-realização.

É interessante notar que, segundo a concepção de Maslow, as necessidades fisiológicas, quando não satisfeitas, terminam dominando a pessoa, empurrando todas as outras necessidades para segundo plano.

Para Maslow, as pessoas que têm necessidade de auto-realização são aquelas psicologicamente saudáveis e não chegam a 1% da população. Compartilham características

como percepção objetiva da realidade, plena aceitação da sua própria natureza, dedicação a algum tipo de trabalho, comportamento natural e simples, necessidade de autonomia e independência, necessidade de privacidade, experiências místicas com momentos de êxtase, empatia e afeição pela humanidade, resistência ao conformismo, caráter democrático, criatividade e interesse pelo social.

1.1.2. Carl Rogers

A teoria centrada no cliente de Carl Rogers guarda pontos de vista similares aos de Kierkegaard e Martin Bubber, embora o autor só tenha se familiarizado com o pensamento desses filósofos após desenvolver os fundamentos dessa teoria. Segundo Scheeffter (1986), a identidade entre Rogers e Kierkegaard está expressa na ênfase à busca da autenticidade como objetivo final da vida plena. Quanto a Bubber, a aproximação se dá com relação à importância atribuída ao *co-experienciar* e ao verdadeiro sentido de relação na comunicação Eu-Tu. A autora (idem) chama a atenção para o fato de que, na base da teoria da personalidade de Rogers pode-se notar também a incorporação do ponto de vista fenomenológico de Snygg e Combs, da prevalência do sujeito e do campo perceptual, como também da teoria de Maslow, com a sua hierarquia de necessidades, em cujo ápice encontra-se a tendência para a auto-realização ou atualização das potencialidades.

A evolução da teoria centrada no cliente foi realizada em três etapas, cada uma delas correspondente à publicação de uma obra. A primeira etapa foi a do aconselhamento não-diretivo, de 1940 a 1950, correspondente à publicação da obra *Psicoterapia e consulta psicológica*, em 1942. Nessa fase a ênfase era na obtenção de *insight* pelo cliente. O aconselhador deveria criar uma atmosfera permissiva e não-diretiva, onde o cliente poderia estabelecer a sua própria direção. Assim, as defesas caíam, e as respostas do terapeuta eram de clarificação e de aceitação.

A segunda etapa foi a do aconselhamento reflexivo, de 1950 a 1957, e corresponde à publicação de *Psicoterapia centrada no cliente*, em 1951. Uma mudança significativa nessa fase foi que a resposta superficial e factual que caracterizava a reiteração não-diretiva foi substituída pela resposta de reflexão das vivências emocionais ou de sentimentos.

Já na terceira fase, denominada de aconselhamento existencial, de 1957 a 1970, que corresponde à publicação de *Tornar-se pessoa*, em 1961, a comunicação do aconselhador tornou-se mais ativa e abrangeu uma margem mais ampla de respostas. Foi dada mais ênfase à autenticidade. O conceito fenomenológico de “experienciar”, no sentido de experiência como

um processo, refere-se aos fenômenos da vida subjetiva do sujeito e que lhe atribuem um significado interno, representando a fonte de significados pessoais. Nesses termos, no processo de aconselhamento, o “experienciar” é compartilhado pelo aconselhador e pelo cliente.

No seu processo de desenvolvimento, a teoria centrada no cliente ultrapassou o aconselhamento e a psicoterapia e evoluiu para uma posição filosófica nas relações humanas e para uma teoria da personalidade, sendo utilizável nas empresas, nas escolas, enfim, nas relações humanas.

1.1.2.1. Concepção da Natureza Humana - A concepção da natureza humana em Carl Rogers é positiva e otimista. Em toda a sua obra é possível encontrar referências à natureza animal do homem como positiva, social, progressista e racional. Dessa maneira, o homem possui a capacidade em potencial de auto-compreensão e de resolução dos seus próprios problemas, e uma tendência para usar esta capacidade. Nas palavras de Kinget (Rogers & Kinget, 1977):

Enquanto potenciais, essa capacidade e essa tendência são inerentes a todo homem - a menos que este tenha lesões ou conflitos estruturais que não lhe permitam defender-se nas condições ordinárias de vida. Esta capacidade é, pois, entendida como integrante de sua bagagem natural, e não é o produto de alguma educação ou aprendizagem particular, especializada. (p.39).

Para que essa capacidade se realize, é necessário que haja condições favoráveis do ambiente, de forma a não permitir o aparecimento de ameaças psicológicas e de impedimentos que barrem a autenticidade ou distorçam o auto-conceito. Para Rogers, o ser humano tem uma tendência para se realizar ou para atualizar as suas potencialidades. Essa característica, para ele, está presente em todos os organismos vivos, independente da sua escala evolutiva. A tendência para a atualização e para a auto-realização seria a motivação primária do homem em termos do organismo total.

Sendo a natureza basicamente boa, ela também é confiável. Os comportamentos destrutivos, anti-sociais e desajustados seriam mecanismos de defesa para proteger o sujeito de um ambiente percebido como ameaçador. Não fazem parte, portanto, da natureza humana, mas representam uma distorção das características do homem. Na visão rogeriana, o homem se utiliza da racionalidade para atingir objetivos satisfatórios ao seu organismo, como necessidades de atualização e de integração de experiências e vivências. Por outro lado, a tendência atualizante envolve maior abertura para experiências e vivências afetivas. O sujeito atualizado ou auto-realizado seria mais aberto aos sentimentos de medo e de dor, mas também

aos de coragem e ternura. Há, portanto, liberdade para viver subjetivamente os sentimentos e para tomar consciência desses sentimentos.

1.1.2.2. Comunicação Consigo Mesmo – A boa comunicação consigo mesmo é um processo onde as experiências organísmicas são representadas corretamente na consciência. Representar na consciência é o mesmo que simbolizar. Rogers (1977), inclusive, utiliza os termos “representação”, “simbolização” e “consciência” como sinônimos: “Nos capítulos seguintes, estes três termos são empregados de maneira intercambiável; em outras palavras, nós os consideramos sinônimos. Em nossa concepção, como na de Angyal, a consciência corresponde à representação ou à simbolização (não necessariamente verbal) de uma parte da experiência vivida” (p.162-163). O organismo é entendido como o próprio indivíduo enquanto totalidade psicossomática em interação com o meio, e organísmico refere-se ao organismo. É importante notar que a expressão “orgânico” é utilizada para designar o involuntário, com a circulação sanguínea, por exemplo. Já o termo “experiência” designa tudo o que se passa em um organismo e que é passível de ser representado na consciência. Dessa forma, as nossas transformações metabólicas não são chamadas pelo nome de experiência. A concepção rogeriana prevê que, frente à experiência, o organismo reage como uma totalidade organizada.

Por meio da boa comunicação consigo mesmo surge um acordo entre as experiências e a auto-imagem, ao que se dá o nome de congruência. A falta de comunicação consigo mesmo acontece quando as experiências estão impedidas de serem representadas corretamente na consciência. A simbolização é negada ou distorcida. Ao desacordo entre a experiência e a simbolização dá-se o nome de incongruência. Neste caso, temos o desajuste psicológico.

1.1.2.3. Autenticidade – Rogers usa o termo “autenticidade” como sinônimo de “congruência”. Para que o indivíduo seja autêntico, é necessário que ele simbolize as suas experiências adequadamente. A imagem que ele tem de si, o que ele pensa que é, deve coincidir com aquilo que ele realmente é. Caso a experiência seja simbolizada corretamente na consciência, ou seja, caso essa representação, ou simbolização, dessa experiência não seja distorcida ou reprimida, a auto-imagem vai se reorganizado de modo que acaba coincidindo com o que ele realmente é. Rudio (2003) ressalta que “Podemos falar de congruência tanto para indicar a harmonia entre experiência e consciência como também para designar a harmonia entre organismo e imagem de si” (p.65).

Tomemos um exemplo: um indivíduo cuja auto-imagem é de uma pessoa bondosa, experiencia uma situação em que nega ajuda a uma outra pessoa, ajuda essa que poderia

oferecer sem se esforçar. Como a experiência não está de acordo com a auto-imagem, o indivíduo a distorcerá e pensará - não ofereci ajuda porque me foi impossível. Assim preservará a auto-imagem. Contudo, dentro da concepção rogeriana, ela não foi autêntica, não foi congruente. Segundo Rudio (2003), “O homem sente ódio, mas também é capaz de amar. Ele rejeita, mas existe nele também a atração pelo outro. Quer destruir mas também é impelido para a construção, etc. A autenticidade consiste em equacionar todos estes elementos, de modo vivencial” (p.70).

1.1.2.4. Liberdade Experiencial – Quando o indivíduo se sente ameaçado ao expressar a sua própria experiência, dá-se um processo de “obstrução” dessa experiência. A proibição de expressar, então, transforma-se em uma autoproibição de representar na consciência. Uma criança, por exemplo, cuja mãe rejeita sistematicamente o toque físico, introjeta esse comportamento e, aos poucos, “sente” que também não gosta do toque físico.

A liberdade experiencial refere-se à liberdade que o indivíduo precisa para verificar de maneira correta as suas próprias experiências e representá-las adequadamente na consciência. A avaliação do gostar ou não gostar deve ser dela mesma e não com referência a pessoas significativas.

Este conceito é muito importante para a psicoterapia, uma vez que, havendo liberdade experiencial, o sujeito vai explorando melhor a sua personalidade e identificando incoerências. À medida em que simboliza as experiências corretamente, reorganiza a auto-imagem a fim de incorporar os elementos novos que foram corretamente simbolizados. A liberdade de expressão é a condição para que haja liberdade experiencial.

1.1.2.5. Imagem de Si – Juntamente com a tendência ao desenvolvimento, a imagem de si é um dos principais elementos da teoria da personalidade de Rogers. Parte integrante do campo perceptual, a imagem de si é a parte referente ao significado que o indivíduo dá a si mesmo a partir das experiências com os outros e com o meio. A questão perceptual será explorada em outro capítulo, mas vale adiantar que a percepção é o significado próprio que cada sujeito atribui às coisas, pessoas e eventos. É a significação subjetiva atribuída a si mesmo, aos outros e ao meio. Segundo Rogers (1997b), as potencialidades mais preciosas da vida são as diferenças que fazem os indivíduos desiguais, o direito de cada um de utilizar as experiências à sua maneira e de descobrir seu significado.

A imagem de si mesmo é o *self*. Podemos distinguir entre *self* real, que é a imagem de si mesmo que o indivíduo percebe como sendo atual, e o *self* ideal, que é o que o indivíduo

desejaria ser. À medida que o indivíduo vai se percebendo, essas percepções vão sendo organizadas no sentido de formar um todo coerente. Como o indivíduo tem uma tendência a manter a imagem que tem de si mesmo, pois disso depende a consistência da sua identidade, as novas percepções que cada um tem de si só são aceitas quando podem se integrar na configuração existente. É por isso que algumas percepções são simplesmente rejeitadas, uma vez que não se ajustam à imagem de si, e outras são distorcidas para que possam se integrar a essa imagem. Negar e distorcer é simbolizar incorretamente.

Rogers (Rogers & Kinget, 1977) ressalta que as idéias de percepção e consciência são fundamentalmente sinônimas, contudo, “O termo ‘percepção’ se emprega, geralmente, com relação ao efeito de excitantes de fonte externa, enquanto que o termo ‘consciência’ pode abranger o efeito de excitantes provenientes de fontes puramente internas, como a memória ou os processos fisiológicos, e também o efeito de excitantes de fonte externa” (p.164). Pode-se dizer, feita a distinção, que perceber é o mesmo que representar na consciência ou simbolizar.

A imagem de si é fundamental para o ajustamento psicológico. No indivíduo ajustado, a imagem de si expressa adequadamente as necessidades e sentimentos do organismo, ou seja, há harmonia entre a imagem de si e o organismo. Ao contrário, no indivíduo desajustado, as experiências não chegam corretamente à consciência e a imagem que ele tem de si não é apropriada. Assim, um ditador, por exemplo, pode ter uma imagem de si de um ser democrático.

Isso pode fazer com que o indivíduo tenha uma imagem de si rígida, ou seja, ele não aproveita as novas experiências para desenvolver um conceito de si mais realista e assim conseguir um melhor funcionamento. O indivíduo rígido não tem abertura à experiência. Tende a utilizar rótulos e fórmulas para dirigir a sua vida. Tem horror de ser incoerente, embora todo ser humano seja contraditório por natureza.

1.1.2.6. Rogers por Rogers: uma teoria da personalidade – Apesar de o autor deste trabalho ter apresentado as linhas gerais da teoria rogeriana nas páginas precedentes, é interessante revisar os comentários de Carl Rogers (Rogers & Kinget, 1977) sobre a sua teoria da personalidade. Ele lembra que as considerações iniciais, por estarem mais distante da sua experiência terapêutica, são as mais provisórias. Por isso, essas considerações serão apresentadas na mesma ordem colocada pelo autor.

Inicialmente, o autor comenta os atributos da criança: ela percebe sua experiência como sendo a realidade; possui tendência inerente de atualizar potencialidades; reage ante a

sua realidade em função da tendência à atualização; na interação com o meio, se comporta como um todo organizado, como uma “gestalt”, como uma estrutura; sua experiência é acompanhada por um processo contínuo de avaliação; atribui valor positivo às experiências que percebe como favoráveis à preservação; tende a procurar as experiências que percebe como positivas e a rejeitar aqueles que percebe como negativas.

Dessas observações, Rogers (*ibid*) conclui que a criança é equipada com um sistema inato de motivação, que corresponde à tendência à atualização, e de um sistema inato de controle que mantém o organismo a par da satisfação das necessidades provenientes da tendência à atualização. Conclui também que a criança vive em um meio existente somente para ela do ponto de vista psicológico, uma vez que a realidade da criança é a representação que ela faz.

Quanto ao desenvolvimento do eu, Rogers (*op.cit*) coloca que o resultado da tendência à diferenciação – que é parte da tendência à atualização – é que um certo segmento da experiência é diferenciado e simbolizado na consciência. O segmento simbolizado corresponde à consciência de existir e de agir enquanto indivíduo. É a experiência do eu. Como consequência da interação do indivíduo com o meio, a consciência de existir cresce e se organiza para formar a noção do eu, que faz parte do campo total da experiência.

À medida que a noção do eu se desenvolve, aparece a necessidade de consideração positiva, que tem um caráter universal. Rogers (*ibid*) não se preocupa em definir se esta necessidade é inata ou adquirida. No esforço para satisfazer essa necessidade, o indivíduo se baseia em inferências relativas ao campo da experiência do outro. No processo de satisfação da própria necessidade, o indivíduo percebe que satisfaz essa necessidade no outro. A consideração positiva de pessoas-critério (pessoas significativas para o sujeito) pode ser tornar uma força diretriz, ou seja, o indivíduo pode preferir a direção que emana dessas pessoas.

Satisfações ou frustrações que acompanham as experiências relativas ao eu podem ser sentidas independente da consideração positiva pelo outro. É o que o autor chama de consideração positiva de si. Rogers (*ibid*) ressalta que a necessidade de consideração de si é adquirida. O fenômeno da generalização, que ele chama nesse contexto de complexo de consideração, em relação à consideração positiva, é constatado também com relação à consideração positiva de si. Rogers (*op.cit.*) acrescenta: “...a consideração positiva de si que acompanha uma determinada experiência relativa ao eu, tende a se comunicar ao conjunto das experiências relativas ao eu, isto é, à imagem do eu” (p.199).

Quando as experiências de si de um determinado sujeito são julgadas por pessoas-critério como dignas de consideração positiva, a consideração positiva do sujeito por si

mesmo segue a mesma direção. Quando uma experiência relativa ao eu é procurada porque é percebida como digna de consideração de si, o indivíduo adquiriu um modo de avaliação condicional.

Em resumo, a criança descobre o afeto como fonte de satisfação. Assim, desenvolve necessidade de afeição. Observando a mãe, faz uma idéia de como ela expressa seu afeto. Cada nova experiência tende a modificar essa imagem, positiva ou negativamente. A cada desaprovação da mãe, por exemplo, a criança interpreta como se a desaprovação fosse dirigida a seu comportamento total, ao seu eu. Assim, a criança acaba sendo dirigida, não pelo caráter agradável ou desagradável de suas experiências, mas pelas promessas de afeição que elas encerram. A criança tende a adotar em relação a si mesma e a seu comportamento as atitudes das pessoas-critério. Assim, pode atribuir valor positivo a certas experiências que o próprio organismo não sente como positivas, ou seja, como próprias de uma necessidade real. Quando o comportamento da criança é dirigido, assim, por fatores introjetados, a sua função de avaliação torna-se condicional. Dessa maneira, a criança fica impossibilitada de adotar uma atitude positiva por si mesma independente das condições externas. Rogers chama atenção para o fato de que se a criança se sentisse sempre apreciada, essa forma de avaliação condicional não aconteceria. Não negando os sentimentos que acompanham as experiências, conseguiria comportamentos mais satisfatórios.

Quanto ao desenvolvimento do desacordo entre o eu e a experiência, Rogers coloca que o sujeito percebe a sua experiência em função das condições às quais ele se submeteu em consequência da necessidade de consideração positiva de si. É uma percepção seletiva. Assim, as experiências que estão em acordo com essas condições são simbolizadas corretamente na consciência. Já as experiências em desacordo com essas condições são percebidas de maneira seletiva, ou seja, ou são bloqueadas à consciência ou são deformadas de modo a torná-las em acordo com essas condições. Dessa maneira, a experiência engloba elementos não identificados e que se relacionam com o eu. Assim, nem todas as experiências são simbolizadas corretamente na experiência ou incorporados à noção de eu. Disso decorre um desacordo entre o eu e a experiência, ou incongruência, o que faz surgir um certo desajustamento psíquico.

Em resumo, a pessoa perde o estado de integração característico da infância em consequência da violação de sua função de avaliação organísmica.. A partir do momento em que a avaliação da experiência é condicional, a noção de eu passa a englobar os elementos que não foram representados corretamente na consciência. De igual maneira, a experiência passa a comportar os elementos que não foram incorporados à noção de eu. O resultado é que a

pessoa não funciona mais de forma integrada e unificada. Para manter a sua estrutura, o indivíduo tem que recorrer ao uso de defesas, fazendo com que o comportamento seja dirigido algumas vezes pelo eu e outras vezes por elementos da experiência que não foram incorporados à estrutura do eu. A personalidade está, portanto, dividida. Rogers (Rogers & Kinget, 1977) ressalta: “A fim de conservar a consideração positiva do outro, falsificou certas experiências vividas e representou para si mesmo estas experiências com o mesmo índice de valor que tinham para o outro. Tudo isso se produziu involuntariamente como um processo natural – e trágico – alimentado durante a infância” (p.202).

No que toca ao desenvolvimento de contradições no comportamento, o conflito entre a experiência e o eu gera conflito análogo no nível comportamental. Os comportamentos que estão de acordo com a noção de eu atualizam e valorizam o eu e são simbolizados corretamente na consciência. Já os comportamentos que procuram atualizar e valorizar partes da experiência que não são representadas na estrutura do eu, não são reconhecidos como relacionados com o eu e são distorcidos para que fiquem de acordo com o eu.

Quanto ao processo de defesa, Rogers ressalta que ele consiste na percepção seletiva, na deformação da experiência e/ou no bloqueio parcial ou total de algumas experiências. O objetivo desse processo é defender o acordo entre a experiência total, a estrutura do eu e as condições impostas à avaliação. Como conseqüências do processo de defesa temos a rigidez na percepção pela necessidade de deformar alguns dados da experiência, simbolização incorreta em conseqüência da deformação e da omissão de alguns dados, e ausência de discriminação ou discriminação insuficiente da percepção.

Rogers descreve também o processo de desmoronamento psíquico. Para ele, o processo de defesa será ineficiente se o estado de desacordo entre o eu e a experiência for revelado de maneira súbita em função de alguma condição crítica. Em conseqüência, o indivíduo experimenta o desacordo de maneira subceptiva (discriminação de excitantes sem representação consciente) e se torna ansioso. Com o não funcionamento do processo de defesa, a experiência tende a ser corretamente simbolizada. O choque da tomada de consciência produz a desorganização psíquica.

Rogers, enfim, descreve o que ele chamou de funcionamento ótimo da personalidade humana. Esse indivíduo hipotético tem uma tendência inerente a atualizar as potencialidades do seu organismo e a capacidade de representar a si mesmo e a sua experiência de modo correto, e tende a exercer essa capacidade. Tem a capacidade e a tendência para manter um estado de acordo entre o eu e a sua experiência. Também sente a necessidade de consideração positiva de si. Quando o indivíduo mantém uma relação na qual ele se sente compreendido de

maneira empática, ele sente a consideração positiva incondicional, geralmente nas relações com as pessoas-critério.

Com as necessidades satisfeitas, o indivíduo passa a funcionar plenamente e apresenta as seguintes características: não manifesta comportamentos defensivos, as experiências ficam acessíveis à consciência, a estrutura do eu fica de acordo com a experiência, a estrutura do eu configura-se como uma *gestalt* que se modifica naturalmente à medida que novas experiências são assimiladas, o indivíduo passa a se perceber como o centro de avaliação de sua própria experiência, o indivíduo experimenta consideração positiva incondicional por si mesmo, é adaptável, todos os dados da experiência ficam acessíveis à consciência e são utilizados, nenhum aspecto da experiência é negado ou deformado.

1.1.2.7. Psicoterapia Centrada na Pessoa – Ao enunciar a teoria da terapia, Rogers (Rogers & Kinget, 1977) chama a atenção para o fato de ela ser condicional e seguir a seguinte fórmula: “Se são dadas certas condições (variáveis independentes), então um processo determinado (variável dependente) se produzirá. Se este processo (transformado em variável independente) se produz, então certas modificações da personalidade e do comportamento (variáveis dependentes) se seguirão” (p.182).

O autor coloca uma série de condições para que aconteça o processo terapêutico, algumas das quais serão omitidas neste trabalho por serem óbvias, como, por exemplo, o contato entre duas pessoas. Essencial, entretanto, é a condição segunda a qual o terapeuta deva experimentar sentimentos de experiência positiva incondicional a respeito do cliente. O terapeuta também deve ter uma compreensão empática sobre o cliente e, este, deve perceber que o terapeuta o compreende e tem por ele uma consideração positiva incondicional. Segundo a teoria formulada por Rogers, a psicoterapia não é efetivada na ausência dessas condições.

Ele ressalta que a compreensão empática e a aceitação incondicional não são comunicadas diretamente pelo terapeuta, mas este deve ter a habilidade suficiente para que o seu cliente assim o entenda. Outra observação interessante é que, apesar do fato de que cada cliente faz um uso diferente da relação terapêutica, o terapeuta não deve manipular a relação para adaptá-la às especificidades do paciente. Pelo contrário, Rogers (*ibid*) considera essa manipulação como danosa à medida que interfere na autenticidade: “...parece que tal manipulação prejudica exatamente o caráter mais importante e mais precioso da relação: que ela representa uma relação autêntica entre duas pessoas, em que cada um se esforça, do melhor modo que lhe é possível, em ser ‘ela mesma’ em sua interação com a outra” (p.183).

A respeito da autenticidade, Rogers (*op.cit.*) ressalta que esse é um dos elementos centrais da sua teoria, ou seja, o terapeuta deve encontrar-se em um estado de acordo interno, pelo menos durante a entrevista, que lhe permita adotar atitudes autênticas. “Para que a relação seja terapêutica, é necessário que a experiência imediata do terapeuta seja corretamente representada ou simbolizada na sua consciência” (p.183). Isso quer dizer que se o terapeuta apenas acha que sente aceitação incondicional e compreensão empática pelo seu paciente, mas, na verdade, experimenta sentimentos de beligerância, a relação terapêutica ficará seriamente prejudicada.

O processo terapêutico é simples: quando as condições acima descritas estão presentes, ele se põe em andamento. Assim, segundo Rogers (Rogers & Kinget, 1977), o cliente sente mais facilidade em exprimir os próprios sentimentos, e esses sentimentos expressos se relacionam, cada vez mais, ao eu (em oposição ao não-eu, ao ambiente). A pessoa distingue melhor os objetos dos seus sentimentos e de suas percepções, ou seja, a simbolização de suas experiências torna-se mais correta. Por outro lado, os sentimentos que exprime se relacionam, cada vez mais, com o estado de desacordo entre o eu e a experiência. O indivíduo chega conscientemente à ameaça representada por este estado de desacordo. A experiência de ameaça torna-se possível graças à consideração positiva incondicional que o terapeuta demonstra. Desse modo, o cliente tende a experimentar plenamente alguns sentimentos que havia negado ou deformado.

Com o processo, muda a imagem do eu de modo a permitir aspectos da experiência que haviam sido negados ou deformados. O eu, aos poucos, torna-se capaz de assimilar elementos da experiência que antes eram tão ameaçadores que não eram admitidos na consciência. Isto, em decorrência do aumento do acordo entre a noção de eu e a experiência. À medida que diminui o número de experiências ameaçadoras, diminui também o número de deformações e negações, ou seja, o indivíduo fica menos defensivo.

Esse processo faz com que o paciente experimente com maior frequência a consideração positiva incondicional demonstrada pelo terapeuta, sem se sentir ameaçado, e consideração positiva incondicional por si mesmo. O centro de avaliação da experiência passa a ser o próprio indivíduo e essa avaliação torna-se cada vez menos condicional, ou seja, cada vez mais é feita sobre as experiências vividas.

Rogers (*ibid*) postula também os efeitos da terapia sobre a personalidade e sobre o comportamento, ressaltando que não há uma distinção clara entre o processo terapêutico e os seus resultados: “As características do processo correspondem, na realidade, a elementos

diferenciados dos resultados. As proposições seguintes poderiam, pois, ter sido enunciadas sob o título precedente. No entanto, para maior clareza da exposição...” (p.188).

Assim, o cliente evolui para um estado de acordo interno mais completo, o que o leva a menos defensividade e a uma maior abertura à própria experiência. As percepções ficam mais realistas, mais diferenciadas e mais objetivas, tornando-se cada vez mais capaz de resolver os próprios problemas. Diminui a ameaça à vulnerabilidade em função do aumento do acordo entre o eu e a experiência. Assim, aumenta a percepção do eu-ideal, o que o torna mais fácil de realizar, e o acordo entre o eu e o eu-ideal. Em consequência desse acordo e do aumento do acordo entre o eu e a experiência, o nível de tensão diminui.

Aumenta a consideração positiva do paciente por si mesmo. O indivíduo se percebe cada vez mais como o centro de avaliação. Assim, cresce a confiança em si mesmo e o indivíduo se sente mais capaz de dirigir a própria vida. O mundo exterior e as outras pessoas são percebidas de maneira mais realista. Experimenta cada vez menos a necessidade de deformar as experiências, principalmente em relação aos outros e, por isso, fica mais tolerante com as outras pessoas.

Com o aumento da variedade de experiências compatíveis com a imagem do eu, aumenta também o número de comportamentos aceitos pelo eu. O indivíduo se percebe mais apto a dirigir seu próprio comportamento, com maior criatividade e flexibilidade.

1.1.3. Rollo May

Assim como Abraham Maslow e Carl Rogers, Rollo May preocupava-se em descobrir a identidade do indivíduo. Segundo Wertheimer (1991), de acordo com a visão existencialista, Rollo May encarava o homem como inserido em uma problemática que exigia a tomada de decisões e a realização de escolhas. O homem é essencialmente livre, mas o reconhecimento dessa liberdade e de que uma pessoa é e faz aquilo que escolhe ser e fazer, pode estar na origem de uma angústia profunda. O existencialismo levou para a psicologia a influência de pensadores como Sören Kierkegaard, Martin Bubber e Jean-Paul Sartre.

Rollo May nasceu no estado de Ohio, nos Estados Unidos da América do Norte, em 21 de abril de 1909, e faleceu em 1994. Foi teólogo e psicanalista e recebeu da Universidade de Columbia, em *New York* (EUA), em 1949, o primeiro PhD em psicologia clínica que a instituição concedeu. Tem uma vasta obra, na qual figuram títulos como *O homem à procura de si mesmo*, *A coragem de criar*, *Liberdade e destino*, *A arte do aconselhamento psicológico*, entre outros.

May descreveu estágios de desenvolvimento humano. Para ele, a criança é pré-moral, ou seja, não é boa nem má. A sua vontade é no sentido de satisfazer necessidades. Já na adolescência, o indivíduo, descrito como rebelde, quer a liberdade, mas sem a compreensão da responsabilidade que isso implica. Quando o indivíduo chega à idade adulta, aprende a responsabilidade, mas a ansiedade proveniente das exigências demasiadas faz com que ele busque refúgio na conformidade e nos valores tradicionais. É o adulto ordinário. Para May, o adulto autêntico, ou criativo, é aquele que, aceitando o destino, enfrenta a ansiedade com coragem.

No que diz respeito à personalidade, Rollo May (1979) descreveu alguns princípios básicos. O primeiro deles é a liberdade, ou seja, o indivíduo deve “...aceitar a responsabilidade pela direção e pelos resultados de sua vida” (p.45). O autor enfatiza que a liberdade é condição *sine qua non* da personalidade e é o que diferencia os seres humanos dos animais.

O segundo princípio da personalidade é a individualidade. May (*op.cit.*) explica: “Afinal, a pessoa só pode contar consigo mesma para viver e enfrentar o mundo. Por mais que a pessoa deseje, se ela não puder ser ela mesma, nunca conseguirá assumir um outro *self*. Seu *self* é diferente de qualquer outro *self*. Ele é único e sua saúde mental depende da aceitação dessa singularidade” (p.46).

Já o terceiro princípio da personalidade diz respeito à integração social. May (*ibid*) explica que a personalidade só pode ser entendida dentro do seu contexto social, “Pois esse contexto social – ou seja, a comunidade de outras pessoas – constrói para a personalidade um mundo, sem o qual ela não teria sentido” (p.53). Nesse sentido, para ele, uma das principais características do neurótico é a incapacidade para lidar com outras pessoas. O autor ressalta que o neurótico desconfia demais dos outros e acha que a sociedade é sua inimiga, o que o leva a um certo grau de isolamento social.

Por fim, May (*op.cit.*) coloca a tensão religiosa como o quarto princípio da personalidade: “A religião do homem provém dessa suprema tensão. Nesse ponto de interseção entre o vertical e o horizontal surge no homem o senso dos imperativos morais absolutos, enfatizados por Kant e muitos outros pensadores” (p.63). Referindo-se ao processo psicoterápico, May ressalta que, nesse aspecto, a função do aconselhador é ajudar o indivíduo a livrar-se do sentimento de culpa doentio e a aceitar a tensão religiosa inerente à natureza humana.

Rollo May (*ibid*), referindo-se ao que ele chama de tensões criativas, diz que a falta de ajustamento das tensões dentro da personalidade está na origem dos problemas de

personalidade: “Cada um de nós já experimentou esse processo de ajustamento de tensões em sua própria personalidade. (...) Assim, a personalidade nunca é estática. Ela é viva, em constante mutação, móvel, plástica, variável, quase proteiforme” (p.25). Desse modo, afirma que não se pode falar em equilíbrio ou estabilidade da personalidade, o que implicaria na possibilidade de as tensões serem definitivamente ajustadas.

1.1.4. A Influência da Psicologia Humanista

Apesar de a psicologia humanista ter reunido todos os ingredientes distintivos de uma escola de pensamento – como uma definição própria de psicologia, seu próprio objeto de estudo, métodos e terminologia – psicólogos humanistas fizeram uma avaliação do movimento em meados da década de 80 e chegaram à conclusão de que não havia se formado, na verdade, uma escola de pensamento. Carl Rogers reconheceu à época que a psicologia humanista não teve um impacto significativo.

Examinando as razões, Schultz & Schultz (1981) especulam que uma das razões foi o fato de a maioria dos psicólogos humanistas trabalharem em clínicas particulares e não em universidades. Assim, não fizeram um grande número de pesquisas, não publicaram artigos impactantes nem treinaram novas gerações de alunos. Outra razão tem a ver com o momento histórico. O posicionamento contra a psicanálise e o comportamentalismo não teve maiores repercussões uma vez que essas escolas já estavam enfraquecidas pela divisão em seus próprios quadros, e já estavam começando a mudar na direção indicada pelos humanistas. Schultz & Schultz (1981) ressaltam:

Ela pode ter ajudado a fortalecer o crescente reconhecimento da consciência na psicologia acadêmica, pois foi contemporânea do movimento cognitivo. Ela proveu métodos terapêuticos que acentuam a auto-realização, a responsabilidade pessoal e a liberdade de escolha, bem como a consideração da pessoa no contexto da família, do trabalho e dos ambientes sociais (p.400).

Schultz & Schultz (*ibid*) ressaltam que a psicologia humanista ajudou a ratificar e a expandir mudanças que já estavam em curso. Desse ponto de vista, consideram que o movimento foi bem sucedido.

Kahhale, in Kahhale et al. (2002) afirma que as idéias da psicologia humanista se expandiram para as áreas educacional, empresarial, organizacional e outras, o que pode ser explicado pela possibilidade de estar preenchendo as necessidades e os ideais de uma época.

2. A Questão da Subjetividade

2.1. A Teoria da Subjetividade

Para entender a teoria da subjetividade, é necessário compreender os conceitos de sentido subjetivo e configuração subjetiva, além da subjetividade social, pois a questão da subjetividade no individual e no coletivo são interdependentes, influenciando-se mutuamente. González Rey (2005b) define sentido subjetivo como “a unidade inseparável dos processos simbólicos e as emoções num mesmo sistema, no qual a presença de um desses elementos evoca o outro, sem que seja absorvido pelo outro” (p.127). Para ele, é uma nova definição que permite a compreensão da psique como produção cultural. González Rey (*ibid*) chama a atenção para o fato de o sentido exprimir as diferentes formas de realidades em unidades simbólicas e emocionais complexas, tendo a história do sujeito e os contextos sociais importância essencial para a sua constituição. Para ele, qualquer criação humana é uma produção de sentido e expressa a realidade singular do sujeito ou do grupo social. O sentido subjetivo aparece em cada sujeito ou grupo de forma única. O sentido subjetivo, portanto, é constituído por vários elementos de sentido oriundos das diversas esferas da experiência, integrados. E é exatamente esta integração, que vai produzir o sentido subjetivo, que é denominada de configuração subjetiva.

Quanto a subjetividade social, González Rey (2005a) ressalta que a psique deve ser entendida como constituída por distintos espaços sociais e, ao mesmo tempo, como elemento constituinte desses mesmos espaços “na multiplicidade de formas com a qual os sujeitos individuais convergem na produção de um acontecimento social” (p.24). Assim, a subjetividade está constituída nos indivíduos e nos espaços sociais onde eles vivem. Ambos, sujeito e espaço social, constituem a subjetividade:

O caráter relacional e institucional da vida humana implica a configuração subjetiva não apenas do sujeito e de seus diversos momentos interativos, mas também dos espaços sociais em que essas relações são produzidas. Os diferentes espaços de uma sociedade concreta estão estreitamente relacionados entre si em suas implicações subjetivas. É esse nível de organização da subjetividade que denominamos subjetividade social (*op.cit.*, p.24).

A subjetividade individual em González Rey (2005b) representa processos e formas de organização subjetiva dos indivíduos, onde aparece a história de cada um deles, que é única, e que, inserida em uma cultura, dita as suas relações pessoais. O sujeito, com sua natureza processual, organiza as suas práticas dentro dos espaços sociais, onde “constitui o momento vivo da organização histórica da sua subjetividade (*op.cit.*, p.241). A personalidade e o sujeito

são considerados por González Rey (*ibid*) como os dois momentos essenciais da subjetividade individual, que se integram entre si no curso do seu desenvolvimento. Quanto a esses dois elementos, um pressupõe o outro, um constitui o outro e pelo outro é constituído, sem, contudo, estar diluído no outro.

A partir da concepção histórico-cultural, González Rey (*ibid*) define a personalidade como um sistema subjetivo que auto-organiza a experiência histórica do sujeito. É importante notar que esta definição abandona a idéia de personalidade como sistema intrapsíquico de unidades invariáveis. O conceito de sujeito é, nessa visão, inspirado em uma representação dialética do homem, ou seja, um ser que constitui e que é constituído pelo social, que, ao mesmo tempo, é único e é social. A relação homem-social-homem não é determinada externamente, “mas uma relação recursiva em que cada um está simultaneamente implicado na configuração plurideterminada dentro da qual se manifesta a ação do outro” (*op.cit.*, p.224).

Assim, a subjetividade individual expõe os processos de subjetivação associados à experiência do sujeito no social, além das formas de organização da experiência por meio da história desse sujeito. O que caracteriza o desenvolvimento da subjetividade é a processualidade e a organização em constante relação dialética.

O autor (*ibid*) ressalta que as emoções representam um dos registros mais importantes da subjetividade humana. Ele não as encara como resultado da ação de sistemas externos à psique, mas como “...estados de ativação psíquica e fisiológicas, resultantes de complexos registros do organismo ante o social, o psíquico e o fisiológico” (p.242). Para ele, um dos problemas do estudo psicológico das emoções é a incapacidade de sair de uma compreensão biológica da psique para uma compreensão cultural, o que exige a criação de categorias que permitam superar o racionalismo nas representações de subjetividade, pois esta não pode ser reduzida a registros oriundos da significação e as emoções não são epifenômenos dos significados.

González Rey (*op.cit.*) ressalta que as emoções estão associadas às ações, caracterizando o estado do sujeito ante a ação. São essas ações que caracterizam o sujeito no espaço das suas relações sociais. Desse modo, estão no âmbito da cultura.

A questão da subjetividade é importante para que possamos nos posicionar frente às discussões epistemológicas na psicologia, como bem ressalta González Rey (*ibid*):

A profunda redefinição teórica que implica a compreensão da psique humana como sistema subjetivo comprometido com o curso da vida concreta dos sujeitos em seus cenários sociais e culturais diferenciados, implica novas necessidades para o processo de produção do conhecimento, que produz

uma profunda transformação epistemológica em relação aos padrões epistemológicos dominantes na psicologia (p.265).

Na opinião do autor, o empirismo é o mais arraigado da tradição epistemológica positivista e segue dominando a investigação psicológica. Como a premissa é a de que o momento empírico é a fonte de informação que permite avaliar a cientificidade dos resultados, as idéias próprias do pesquisador e as suas construções teóricas sempre são relegadas a segundo plano, pois a premissa implica em relacionar o valor dos procedimentos empregados na investigação a partir do seu valor para obter a informação empírica que permitirá provar a hipótese.

A definição de subjetividade de González Rey (2005b) como sistema complexo e não passível de ser decomposto em componentes elementares, que não identifica estruturas únicas e universais passíveis de medição, a coloca como uma nova ordem ontológica que se posiciona contra os pilares sobre os quais a ciência clássica foi construída. Dentro desse contexto é que foi definida a epistemologia qualitativa que, segundo o autor, situa-se sobre as diferenças epistemológicas entre a ciência clássica dominante na psicologia e a necessidade de novos princípios epistemológicos para a orientação da construção teórica da psicologia sobre a base do conceito de subjetividade, "...que define a epistemologia qualitativa como a pretensão de desenvolver um conjunto de princípios alternativos que fundamentem uma nova ordem epistemológica para o desenvolvimento do pensamento psicológico" (p.266).

Os princípios gerais da epistemologia qualitativa estão fundamentados sobre as características gerais da subjetividade, quais sejam:

- . A subjetividade não é acessível de forma direta ao investigador e não pode ser interpretada de forma padronizada por manifestações indiretas que sejam passíveis de generalização. Isso se explica porque as expressões de cada espaço social e de cada sujeito têm sistemas de sentido diferentes que, por sua vez, têm trajetórias próprias. Os sentidos devem ser descobertos nos contextos onde são produzidos.

- . As configurações de sentido são formações psíquicas dinâmicas e em desenvolvimento constante nas práticas sociais dos sujeitos. A configuração de sentidos relativa a uma dada experiência pode estar associada a sentidos referentes a diversos espaços sociais. Assim, estudos de casos informam sobre destinos e cenários das práticas sociais dos sujeitos.

Como princípios da epistemologia qualitativa, temos:

- . O processo de construção do conhecimento tem caráter construtivo-interpretativo, ou seja, os processos de construção e interpretação do investigador permitem construir

hipoteticamente espaços teóricos para visualizar formas de expressão do sujeito indicadoras da subjetividade. O investigador tem um lugar ativo, o processo é teórico e rompe a correspondência imediata entre o empírico e o teórico. A construção teórica é definida por González Rey (2005b) “como um processo permanente de produção de modelos de pensamento e de categorias que se articulam na definição de zonas de sentido dentro da realidade estudada” (p.268).

. Na epistemologia qualitativa a investigação qualitativa tem caráter dialógico, o que rompe com a neutralidade do investigador e o obriga a manter uma relação ativa com os sujeitos investigados. Assim, investigador e investigado entram conjuntamente em um processo de reflexão. Assim, o investigador rompe com o hermetismo epistemológico apriorístico.

É importante ressaltar que González Rey (*ibid*) coloca como uma das características gerais da epistemologia qualitativa o valor do singular na produção do conhecimento, o que quer dizer que o caso singular pode ter bastante valor de generalização: “o poder de generalização não está na informação proporcionado pelo caso estudado em abstrato, mas sim pela relação entre essa informação e o processo de construção teórica em desenvolvimento que antecipa o contato do investigador com o caso” (p.270).

2.2. A Questão da Subjetividade em Rogers

Embora tenha construído um modelo psicoterápico baseado nos processos subjetivos do ser humano, Carl Rogers não concebeu uma teoria sobre a subjetividade e nem explicitou formalmente esta categoria. Para tentarmos entender o que o autor concebia por subjetividade, é preciso fazer um verdadeiro trabalho de garimpagem em sua obra, procurando as referências implícitas nos seus textos. Antes, porém, vamos visitar alguns conceitos sobre o tema.

Houaiss e Villar (2001), por exemplo, definem subjetividade, do ponto de vista filosófico, como “realidade psíquica, emocional e cognitiva do ser humano, passível de manifestar-se simultaneamente nos âmbitos individual e coletivo, e comprometida com a apropriação intelectual dos objetos externos” (p.2624).

No entendimento de Ribeiro (2006), a subjetividade supõe um certo grau de consciência da própria identidade e um encontro com o sentido que a pessoa atribui à própria individualidade, sem perder a perspectiva de que o outro percebe o sujeito a partir dele mesmo (do outro). Para esse autor, “Subjetividade supõe um olhar consciente, reflexivo e constante para dentro de si, por meio do qual o mundo fora do sujeito passa a existir como

uma extensão consciente dele próprio. Dando significado às coisas fora dele, essa coisa passa a ser algo para ele, pois o existir dela implica a percepção do que é diferente para ele” (p.48).

Para González Rey (2005b), a subjetividade não pode ser pensada apenas do ponto de vista individual, mas também do coletivo, visto que essas duas dimensões são interdependentes. O autor entende que toda criação humana é uma produção de sentido e expressa a realidade particular do sujeito ou do grupo social. Para Rey, na constituição dos sentidos – que exprimem diferentes formas de realidade em unidades simbólicas e emocionais complexas – têm importância essencial a história do sujeito e os contextos sociais. Assim, o sujeito constitui a sua subjetividade, historicamente, nos espaços sociais onde organiza as suas práticas.

Já para Rogers (1974), no que nomeou de mundo íntimo, campo fenomenal ou campo experiencial está incluído tudo o que o organismo experimenta, conscientemente ou não. Contudo, mesmo que a experiência não seja consciente, grande parte dela fica disponível à consciência, podendo tornar-se consciente à medida em que o indivíduo necessite. Isso quer dizer, nas palavras do autor, que “a maior parte das experiências do indivíduo constitui a base do campo perceptivo” (*ibid*, p.467).

Rogers (*op.cit.*) propõe que o organismo reage ao campo perceptivo a depender de como este é apreendido. Dessa maneira, esse campo é a realidade do indivíduo, e somente dele. O indivíduo não reage a nenhuma realidade absoluta, mas à sua percepção de realidade, embora o autor reconheça que, dentro de uma ótica social, a realidade consiste nas percepções comuns a vários indivíduos, que confrontam as suas percepções, as atualizam e as confirmam. Entretanto, percepções não confirmadas também fazem parte da realidade do sujeito.

Falando sobre a idéia ou imagem do eu, ou de si, e da estrutura do eu, Rogers (1977) nos dá uma pista sobre a sua noção de subjetividade: “... a expressão ‘idéia ou imagem do eu’ se emprega mais freqüentemente quando se trata da versão subjetiva vivida pelo indivíduo, enquanto que a expressão ‘estrutura do eu’ se emprega de preferência quando consideramos o eu a partir de um ponto de referência exterior” (p.165). Para o autor, essas expressões servem para designar a configuração da experiência do sujeito, que é composta pelas percepções do eu, das relações com o outro e com o meio e dos valores que ele atribui a estas percepções. Ele ressalta ainda que outras características dessa configuração são a constante mudança e a disponibilidade à consciência.

Um elemento apresentado por Rogers (1974) que deve ser destacado é que, na sua concepção, o mundo particular do indivíduo só pode ser conhecido integralmente por ele mesmo. Nenhuma pessoa jamais saberá como determinado indivíduo captou uma experiência.

No entanto, complementa o autor, o conhecimento da experiência total é apenas potencial, mesmo pelo indivíduo que vive a experiência. Partindo do princípio de que muitas sensações e experiências não vêm à consciência sob certas condições, Rogers (*ibid*) afirma: “Por isso a minha consciência e o conhecimento do meu campo fenomenal total são limitados. Mas também é verdade que sou potencialmente o único que o posso conhecer integralmente. Ninguém pode conhecê-lo tão completamente como eu” (p.468). Neste ponto deve-se ressaltar que, apesar de ter afirmado que o indivíduo é o único de que pode *conhecer integralmente* o seu campo fenomenal, essa possibilidade é apenas potencial.

A partir da postulação de que a única pessoa que pode conhecer integralmente o campo experiencial de um indivíduo é ele mesmo, em potencial, e de que a conduta é uma reação ao campo experiencial assim como ele é apreendido, Rogers (1974) propõe que a conduta de um indivíduo pode ser melhor compreendida à medida em que se possa alcançar, tanto quanto possível, o seu quadro de referência. Quando Rogers (*op.cit.*, p.478) diz que “...o único caminho para compreender a conduta do indivíduo de uma forma significativa é apreendê-la como ele próprio a apreende”, ele chama atenção para o fato de que podemos cair em uma armadilha e encarar o outro a partir do nosso próprio quadro de referência ou de um quadro de referência mais geral, o que é mais complicado no processo psicoterápico, mas que não deixa de ser um complicador quando observo uma cultura diferente da minha, por exemplo.

Um dos problemas apontados pelo autor (*ibid*) nesse processo é que eu só tenho acesso ao mundo interno do outro a partir de uma comunicação sua, e essa comunicação é sempre imperfeita. Contudo, como muitos dos objetos da percepção do outro têm contrapartida no meu próprio campo perceptivo, assim como sentimentos e atitudes decorrentes dessa percepção, como medo, inveja, satisfação etc, é possível ter acesso de alguma maneira ao seu campo perceptual, ou seja, é possível inferir, a partir da comunicação do sujeito, uma parcela do seu campo experiencial e perceptual.

A questão da subjetividade em Rogers (1974) está muito ligada à consciência. Quando ele se refere ao processo de desenvolvimento humano, postula que uma parte do campo total de percepção da criança vai, aos poucos, diferenciando-se como ego. Rogers (*op.cit.*) define ego, não como sinônimo de organismo, mas como consciência de ser e de agir. Para ele, a estrutura do ego se forma como resultado da interação do indivíduo com o ambiente e, particularmente, da interação valorativa com os outros, na qual esse indivíduo atribui valor a experiências e pessoas e é por elas valorado. Dessa maneira, as experiências sociais e as apreciações dos outros em relação a si constituem parte do campo fenomenal. A estrutura do

ego é definida como um modelo conceitual organizado, ao mesmo tempo fluido e consistente, de percepções, de características e de relações do eu, conjuntamente com valores ligados aos conceitos. O autor chama a atenção para o fato de que os valores ligados à experiência do indivíduo e os valores que foram incorporados à estrutura do ego foram, em alguns casos, experimentados pelo organismo, mas em outros casos esses valores foram tomados de empréstimo a outros indivíduos, mas incorporados como se fossem próprios. É importante ressaltar que a criança, no sentido de preservar o seu conceito de ego, acaba produzindo simbolizações distorcidas da experiência e rejeitando experiências da consciência.

Segundo a postulação de Rogers (*ibid*), as experiências são apreendidas, simbolizadas e organizadas em relação com o ego. Podem ser ignoradas, porque são irrelevantes para a estrutura do ego, e podem ser recusadas à simbolização ou simbolizadas de forma distorcida, quando são incoerentes com a estrutura do ego. Há aquelas que são aceitas na consciência e organizadas em relação à estrutura do ego, uma vez que satisfazem uma necessidade do ego ou estão de acordo com a estrutura do ego. O indivíduo escolhe entre as experiências aquelas que estão de acordo com o conceito que tem de si mesmo, quer essa relação seja positiva ou negativa.

Embora a maior parte das condutas adotadas pelo indivíduo seja composta daquelas consistentes com o conceito de ego, há exceções: “a conduta pode surgir em alguns casos de experiências orgânicas e de necessidades que não foram simbolizadas. Essa conduta pode ser incoerente com a estrutura do ego, mas nesses casos a conduta não é <apropriada> pelo indivíduo” (1974, p.491). Isso é muito comum em situações de perigo, nas quais o indivíduo pode comportar-se com eficiência, mas sem simbolizar na consciência. É como se agisse automaticamente. É comum também quando necessidades experimentadas organicamente não são aceitas na consciência, como, por exemplo, as de cunho sexual não aceitas socialmente. Um exemplo oferecido por Rogers (*op.cit.*) foi o de um rapaz bem educado que se sentiu compelido a levantar a saia de uma garota. Apesar de o fato ter tido testemunhas, o rapaz insistiu que aquele comportamento não era próprio dele.

Diante de todo esse quadro – que tem repercussões importantes na organização da psicoterapia centrada na pessoa - o desajusto psicológico se dá quando o indivíduo rejeita da consciência experiências importantes que, conseqüentemente, não são simbolizadas nem organizadas na estrutura do ego. Por outro lado, a adaptação psicológica acontece quando o conceito de ego é construído de tal maneira que pode assimilar simbolicamente as experiências do indivíduo. As experiências que não estão em consonância com a organização

ou com a estrutura do ego podem ser apreendidas como ameaçadoras, fazendo com que a estrutura do ego se organize cada vez mais rigidamente com o propósito de manter-se.

2.3. Pontos Convergentes e Divergentes

Uma das críticas feita por González Rey aos psicólogos humanistas refere-se à visão de sujeito. Para os humanistas, o homem possui uma natureza própria, uma essencialidade a ele inerente. Para Maslow, por exemplo, segundo Hall et al. (2000), o homem possui uma natureza essencial própria e necessidades boas ou neutras, em vez de más. Dentro dessa visão, o homem pode realizar a sua própria natureza em um ambiente favorável, no qual há uma evolução da personalidade e uma manifestação dos poderes criativos.

Carl Rogers (Rogers & Kinget, 1977) também tem uma visão otimista do homem. Para ele, a natureza humana é basicamente boa e, por isso, o homem é confiável. Rogers encara a natureza animal do homem como positiva, social, progressista e racional. Assim, há no ser humano o potencial para a auto-compreensão e para a resolução dos seus próprios problemas, além de uma tendência para utilizar esse potencial. Assim como Maslow, Rogers acreditava que esse potencial poderia realizar-se a depender das condições do meio.

Já Rollo May (1979), preocupado em descobrir a identidade do indivíduo, disse que a criança não era boa nem má, qualificando-a como pré-moral. A criança tinha uma vontade dirigida apenas para a satisfação de necessidades. Ele acreditava em um homem essencialmente livre, o que exigia constante posicionamento para a tomada de decisões e efetivação de escolhas, o que o levava a um estado de angústia existencial. A liberdade era para May um princípio básico e condição *sine qua non* da personalidade humana, que diferenciava os humanos dos demais animais.

Para González Rey (2005b), é inadequada a visão do sujeito dos humanistas, pois, apesar de ressaltar aspectos positivos de crescimento pessoal, concebe o homem como portando uma essencialidade a ele inerente, o que, para o autor, é uma herança da psicanálise. González Rey (*ibid*), contudo, faz uma distinção importante entre os humanistas e a visão da psicanálise: “...esta perspectiva se diferencia da concepção psicanalítica em um aspecto essencial para a compreensão do homem como sujeito: a capacidade para atuar seguindo convicções e princípios pessoais, que, em si mesmo, são geradores de subjetivação, e não simplesmente a expressão de forças ocultas” (p.59).

Um dos pontos positivos ressaltados por González Rey nos humanistas, assim como no enfoque histórico-cultural, diz respeito à ausência de um hermetismo epistemológico que

impediria que os seguidores propusessem novas reflexões e transformações. Na visão do autor, os humanistas apenas compartilham cosmovisões, o que leva cada um deles a apresentar teorias diferentes sobre o homem, embasadas em categorias também diferentes, sem ter que compartilhar macroteorias comuns.

González Rey (*op.cit.*) advoga a necessidade de superação, que os humanistas não conseguiram, da idéia de que a representação dos conceitos inconscientes são suscetíveis de aparecer em uma representação consciente de forma integral, pois “O status de um sentido subjetivo que se expressa em um processo de significação é sempre o seu caráter parcial e deformado dentro do conjunto de elementos que se expressam em uma construção consciente do sujeito” (p.60). Na visão do autor, a representação do consciente e do inconsciente como elementos acabados, que podem mover-se sem modificar-se, foi uma expressão do pensamento mecanicista de Freud. Contudo, o consciente gera novos processos de subjetivação à medida que se expressa, podendo manter-se ou modificar-se, em processo contínuo.

González Rey (*op.cit.*) considera fundamental o alerta de Allport, segundo o qual os humanistas não elaboraram métodos autenticamente novos para a representação da individualidade, pois a adesão à fenomenologia não deixou claro opções metodológicas concretas para o campo da psicologia, nem definiu a forma de organização da individualidade do sujeito que, para o autor, não desaparece com a sua expressão processual: “Esta ênfase na parte processual é comum ao enfoque humanista de Rogers e às posições de Perls na terapia gestáltica. No entanto, não foi compartilhado de igual forma pelos demais autores humanistas” (p.61).

González Rey (*ibid*) ressalta que o modelo de homem dos autores humanistas está mais centrado na adaptação do homem ao meio, embora esta adaptação seja ativa e criativa. Para ele, um dos problemas é que:

“...não se reconhece o meio social como uma realidade diferente daquela definida pela relação direta entre os homens, com a qual o humanismo não consegue dar conta nem dos aspectos ocultos nos discursos sociais explícitos, nem dos complexos processos da subjetividade social e da forma em que se expressam em nível individual, nem da organização subjetiva que impede ao homem a total visibilidade de sua constituição subjetiva” (p.62).

González Rey (*op.cit.*) considera o humanismo como um momento importante no desenvolvimento do tema da subjetividade por sua aproximação histórico-social dos processos de subjetivação humana, contudo, critica o fato de os humanistas, por admitirem uma natureza humana universal, tenderem a colocar nela tendências e capacidades que, a ser

ver, resultam do processo histórico. Assinala que, por atribuir significado psicológico a temas como sentido da vida, organização psicológica complexa dos valores e concepção de mundo, por exemplo, os humanistas colocaram o sujeito em uma perspectiva cujas construções representam motivações para o comportamento, a exemplo do que também aconteceu no enfoque histórico-cultural.

O autor observa que o humanismo entrou sem fórmulas universais e sem maniqueísmos na questão do desenvolvimento da motivação humana, tema para o qual apresentaram importantes contribuições. Ressalta que esse movimento constrói uma dimensão não positiva do ser humano, não oculta, com que ajuda na formulação do quadro em que a subjetividade se expressa, indo além da sua consciência teórica que também é orientada para a representação de um sujeito universal, mas enfatizando o seu lado otimista. A partir de Rollo May, González Rey chama atenção para uma tendência dos humanistas de considerar as relações e motivações do ser humano como produzidas nos espaços de ação do sujeito, o que se contrapõe a uma tendência psicanalítica de definir processos atuais por determinações anteriores.

Outra tendência dos humanistas considerada importante por González Rey (*ibid*) é não rotular as emoções e estados do ser humano como patológicos ou normais de uma forma geral, o que retira delas um sentido universal, mas tentar descobrir o que representam para o sujeito dentro do seu contexto de atuação. Por fim, o autor ressalta as reflexões metodológicas dos autores humanistas, que contestam o empirismo e o positivismo dominantes na psicologia. Para ele, os humanistas não viram as costas para as conseqüências metodológicas dos seus planejamentos e representam a teoria que mais avançou no questionamento da metodologia dominante. No entanto, a crítica de Rey (*op.cit.*) é no sentido de que os delineamentos metodológicos dos humanistas não foram destacados e, atualmente, a ênfase dos humanistas no sujeito individual volta a desqualificá-los perante a psicologia em moda, “na qual esta crítica epistemológica ao menos em uma versão importante vai associada à eliminação do sujeito, à subjetividade e à reificação da linguagem, ao significado e ao discurso” (p.67).

3. Como se Articula a Subjetividade em Rogers para a Psicoterapia Centrada na Pessoa

O pensamento de Rogers foi determinado pela crença em uma essência comum a todos os seres humanos, o que, naturalmente, se reflete na psicoterapia centrada na pessoa, como fica evidente nesta colocação do autor (1974), elaborada a partir da proposição segundo a qual a tendência de base do organismo é realizar, manter e realçar a experiência orgânica: “Foi a nossa experiência na terapia que nos levou a conceder um lugar central a esta proposição. O terapeuta torna-se muito mais consciente de que a tendência do organismo humano para se mover para diante é a base em que confia mais profunda e fundamentalmente” (p.473). O autor chama atenção para o fato de que a proposição fica muito evidente na tendência dos pacientes em movimentarem-se rumo ao crescimento, e vai mais longe ao afirmar que a evidência confirma-se também em casos graves nos quais o paciente está prestes a cometer suicídio ou a ter um surto psicótico. Para ele, o terapeuta verifica que a única força em que pode confiar é a tendência do organismo para o movimento e para o crescimento.

A crença em uma essência humana universal expõe, na opinião de muitos pensadores – corroborada pelo autor do presente trabalho - uma vulnerabilidade do pensamento humanista e, conseqüentemente, do pensamento rogeriano. González Rey (2005b) faz uma crítica ao humanismo por apresentar “...um sujeito capaz de autodeterminar-se, autorealizar-se, autoatualizar-se, etc., com o qual volta em certa medida o sujeito soberano que dominou o pensamento moderno: sujeito racional, dono de seus atos e dominado por impulsos são, o qual, pelo nosso ponto de vista, representa uma visão inadequada desse sujeito...” (p.59). O autor complementa dizendo que, apesar de esse raciocínio contemplar aspectos positivos do crescimento pessoal, não consegue afastar-se da idéia de homem como possuidor de uma essencialidade a ele inerente.

A ênfase em uma essência humana universal permeia toda a obra rogeriana, desde os primeiros trabalhos até os mais recentes, crença essa que influencia a sua noção sobre a subjetividade e, conseqüentemente, o seu modelo psicoterápico. Isso é importante porque, como foi explicitado no segundo capítulo desta monografia, embora Rogers tenha construído um modelo de psicoterapia baseado nos processos subjetivos humanos, ele não explicitou formalmente a subjetividade, categoria que está apenas implícita na sua obra. Rogers, como todos os humanistas, considerou que estava fugindo do mecanicismo comportamentalista e psicanalítico ao adotar o entendimento de que o comportamento humano não é determinado unicamente por fatores inconscientes, por traumas constituídos na infância ou por condicionamentos diversos, mas pela organização pessoal de cada indivíduo a partir da sua

experiência única, ou seja, da sua subjetividade. Essa subjetividade, contudo, está determinada, na opinião do autor desta monografia, pela natureza essencialmente boa e criativa do ser humano, pressuposto que orientou a formulação da psicoterapia centrada na pessoa.

A organização da psicoterapia rogeriana a partir de uma subjetividade “contaminada” pela noção de uma essência humana universal está muito clara em toda a obra de Carl Rogers. Para que a tendência universal do organismo ao movimento e ao crescimento se cumpra, por exemplo, é necessário que se verifiquem condições favoráveis. Kinget (Rogers e Kinget, 1977) afirma que duas proposições resumem tudo o que está relacionado com a psicoterapia centrada na pessoa, psicoterapia essa que restabeleceria as condições adequadas ao crescimento caso estivessem perdidas. A primeira dessas proposições é justamente que o homem tem a capacidade de compreender a si mesmo e de resolver problemas de modo a atingir as condições para funcionar adequadamente. Esta proposição está articulada com a proposição segundo a qual “O exercício dessa capacidade requer um contexto de relações humanas positivas, favoráveis à conservação e à valorização do ‘eu’, isto é, requer relações desprovidas de ameaça ou de desafio à concepção que o sujeito faz de si mesmo” (p.40). Portanto, a psicoterapia centrada na pessoa tem, em última instância, o objetivo de restabelecer as condições favoráveis para que a essência universal do homem se cumpra.

Como as condições do meio dificilmente serão as mais favoráveis para que o indivíduo desenvolva as suas potencialidades, começam a surgir dificuldades psicológicas. Para Rudio (2003), a dificuldade levada pelo sujeito para uma relação de ajuda, por exemplo, oferece ao indivíduo uma oportunidade para que ele se revele um pouco mais a si mesmo: “Assim, o indivíduo pode descobrir o que ele é realmente, desvendar para si suas potencialidades e saber como empregá-las para vencer os seus bloqueios” (p.17). Rudio (*op.cit.*) ressalta que na orientação não diretiva, a base necessária para mudanças positivas é a aceitação de si mesmo, no aqui e no agora. Esse aceitar-se é consequência de um processo no qual o indivíduo entra em comunicação consigo mesmo. A partir dessa idéia, o autor tenta uma definição para relação de ajuda, para esse processo que vai levar o sujeito ao crescimento: “... na orientação não diretiva, ela consiste numa situação relacional permissiva, criada e mantida pelo psicoterapeuta, na qual o cliente tem oportunidade de fazer a experiência de uma boa comunicação consigo mesmo para compreender-se melhor, entrar no processo de congruência ou melhorá-lo, adquirindo atitudes e comportamentos mais construtivos, adequados e satisfatórios para si e para os outros” (p.18).

Rudio (*ibid*) ressalta que a comunicação consigo mesmo é entendida como um processo no qual o sujeito representa as suas experiências adequadamente na consciência e que Rogers entendia o processo de desajustamento como uma falha na comunicação, ou seja, o indivíduo não se comunica bem consigo mesmo e, em consequência, não se comunica bem com os outros. O processo psicoterápico, portanto, serve para restabelecer a comunicação.

O conceito rogeriano de comunicação, contudo, pode ser questionado, pois inclui uma comunicação mais efetiva do terapeuta para o paciente apenas a partir de 1961, com a publicação da obra *Tornar-se pessoa*. Em 1942, quando foi publicada *Psicoterapia e consulta psicológica*, a comunicação do terapeuta para o cliente limitava-se a respostas de reiteração, ou seja, devolução para o paciente de verbalizações meramente factuais, sem levar em conta os aspectos emocionais ou vivenciais, o que pode ser interpretado como ausência de comunicação. A partir do *Tornar-se pessoa*, as respostas clarificadoras refletem uma maior comunicação do terapeuta para o paciente, uma vez que aquele começa a mostrar a este aspectos que estavam fora do seu campo perceptual.

Seja qual for o conceito rogeriano de comunicação ao longo do tempo, ele advoga que, nesse processo, na tentativa de compreender o paciente e de ajudá-lo, o terapeuta deve valer-se do seu quadro de referência interno. O quadro de referência do terapeuta deve ser abandonado ao máximo possível. Para Rogers (1974), grande parte do que se faz em psicologia pode ser comparado aos primeiros estudos das sociedades primitivas. Ele relata que muitos observadores descreveram esses povos como consumidores de alimentos inadequados, realizadores de rituais sem sentido etc, o que demonstra que estavam observando a partir do seu próprio quadro de referência: “padecemos do mesmo erro em psicologia quando falamos da <conduta por tentativa e erro>, de <alucinações>, de <comportamento anormal> e de muitas outras coisas. Não conseguimos ver que estamos a apreciar a pessoa a partir do nosso próprio quadro de referência...”

O autor (*op.cit.*) ressalta que o único caminho para se tentar compreender a conduta do outro de forma significativa é tentar apreendê-la como ele próprio apreende, da mesma forma que o único caminho para se tentar compreender uma outra cultura é adotar o seu quadro de referência. Por considerar inatingível o experienciar todas as sensações de outro indivíduo, Rogers descreveu como prometedora a possibilidade de utilizar o campo fenomenal do sujeito, uma vez que a conduta decorre da sua percepção. Temos acesso ao campo fenomenal do outro a partir da sua comunicação, processo que demonstra ser falho e imperfeito. Contudo, o autor considera possível atingir esse quadro de referência porque muitos objetos da percepção têm contrapartida no nosso próprio campo perceptivo e praticamente todas as

atitudes perante esses objetos de percepção (medo e satisfação, por exemplo) povoaram o nosso próprio mundo de experiência. “Podemos por isso inferir, de forma absolutamente direta, a partir da comunicação do indivíduo, ou, de modo menos exato a partir da observação do seu comportamento, uma parcela do seu campo perceptivo e experiencial” (p.479).

Algumas atitudes facilitam que o indivíduo dê acesso ao terapeuta ao seu quadro de referência, como a aceitação incondicional e a compreensão empática. Por meio da aceitação incondicional, ou consideração positiva incondicional, o indivíduo se sente acolhido enquanto pessoa. Aceitar um sujeito é respeitá-lo no aqui e no agora, com todas as suas características de pessoa. Rudio (2003) diz que “É respeitar os seus traços próprios, pessoais do que ele é atualmente, com suas ‘qualidades’ e ‘defeitos’. É não ‘esperar’ que ele seja uma pessoa diferente do que realmente é” (p.101). O autor acrescenta que a consideração positiva não é apenas uma boa intenção que se prepara antes do relacionamento. Isto quer dizer que não é uma atitude estudada pelo terapeuta para utilizá-la quando estiver com o paciente, mas um procedimento concreto que se constrói durante a relação. O autor (*op.cit.*) assinala que a aceitação incondicional não pode ser confundida com boa vontade ou complacência; é algo que aparece a todo instante, durante a relação, pelo modo com que o terapeuta responde às comunicações do cliente. Rogers (1977) explica o conceito dizendo que se aquilo que o indivíduo exprime de forma direta ou indireta, verbalmente ou por outra forma, for considerado digno de respeito e de aceitação, se o interlocutor não se opõe ou não desaprova o que foi expresso, então há aceitação incondicional. A aceitação incondicional não é o mesmo que concordar, é o aceitar como se é.

Já a compreensão empática pressupõe, segundo Rudio (2003), “...uma espécie de comunhão afetiva, onde o terapeuta, sentindo com o cliente as experiências que este manifesta, coloca-se no seu lugar para perceber o seu mundo subjetivo como este o percebe” (p.104). É uma experiência em que o terapeuta tenta se colocar, tanto quanto possível, nas situações vividas pelo cliente, a fim de experienciá-las como se ele mesmo fosse o cliente. Para que haja compreensão empática, o terapeuta não pode entender as situações apresentadas pelo cliente do seu próprio ponto de vista, a partir do que sente ou pensa delas, mas do ponto de vista subjetivo do cliente. É uma tentativa sincera de compreender o que o paciente está comunicando; é a procura do significado pessoal que o cliente está tentando passar. Nesse processo, não pode haver julgamento, interpretação ou avaliação. “Ter compreensão empática é ir além da simples apreensão verbal e do mero entendimento fatural. É, na terapia não-diretiva, o meio utilizado pelo terapeuta para ir mais além e atingir os *significados*, sobretudo emocionais, como se encontram no mundo subjetivo do cliente” (Rudio, 2003, p.105). Isso

não quer dizer – ressalta o autor – que haja igualdade de mundos subjetivos, mas uma aproximação entre eles.

A acessibilidade das experiências do indivíduo à sua própria consciência o torna mais apto a comunicar uma imagem mais aproximada do seu campo fenomenal. Quanto mais o indivíduo perceber que pode se expressar livremente e quanto menos a sua comunicação for alterada por necessidades de defesa, mais adequada será a sua comunicação do campo fenomenal. E Rogers (1974) explica:

“Foi provavelmente pelas razões indicadas que a consulta psicológica centrada no paciente se revelou como um método válido para encarar a conduta a partir do quadro de referência da pessoa. A situação reduz qualquer necessidade de uma atitude defensiva. O comportamento do conselheiro minimiza qualquer influência prejudicial sobre as atitudes expressas. A pessoa normalmente está motivada num determinado grau para comunicar o seu próprio mundo especial e os processos usados animam-no a isso. A comunicação crescente traz gradualmente à consciência mais experiências e ganha assim expressão uma imagem precisa e total do mundo de experiência do indivíduo” (p.479).

O autor ressalta que é a partir dessa base que surge uma imagem muito mais compreensível. Ele revela também a convicção de que não apenas a compreensão do significado da conduta fica mais nítida como aumentam as oportunidades de novos conhecimentos quando o indivíduo é abordado sem que o terapeuta tente ajustá-lo a um quadro de categorias pré-concebido.

A trajetória da teoria centrada no cliente reflete o aperfeiçoamento da comunicação do terapeuta para o cliente na tentativa de levá-lo a se aprofundar no seu próprio quadro de referência e, por sua vez, comunicá-lo melhor. Scheeffter (1986) explica que essa evolução aconteceu em três etapas e que a cada uma corresponde o lançamento de um livro. A primeira etapa é conhecida como a do aconselhamento não-diretivo e abrange o período de 1940 a 1950, no qual foi lançada a obra *Psicoterapia e consulta psicológica*, no ano de 1942. Nessa fase, a função do terapeuta era criar uma atmosfera permissiva, de não-diretividade, na qual o cliente seria livre para estabelecer o seu próprio ritmo na terapia e a direção do seu tratamento. As respostas do terapeuta ao cliente eram no sentido de mostrar aceitação e de reiterar os conteúdos semânticos apresentados. Assim – acreditava Rogers – o cliente ficava livre das suas defesas e poderia experimentar *insights*, gradativamente.

A segunda etapa é a do aconselhamento reflexivo, corresponde ao período de 1950 a 1957 e ao lançamento do livro intitulado *Psicoterapia Centrada no Cliente*, em 1951. A característica marcante desta fase é que o psicoterapeuta começa a responder ao aspecto afetivo do paciente, e não ao aspecto semântico. Assim, as respostas baseadas em fatos que caracterizaram a fase anterior foram substituídas por reflexões emocionais de vivências. O

terapeuta adquiriu, assim, um novo papel, o de refletir para o cliente os seus próprios sentimentos e as suas vivências emocionais. A idéia era reorganizar e reintegrar o autoconceito do paciente, por meio da eliminação de ameaças ao seu relacionamento e da reflexão do seu campo fenomenal.

Já a terceira fase, na qual foi publicada a obra *Tornar-se pessoa*, em 1961, corresponde ao período de 1957 a 1970. Aí, a comunicação do terapeuta para o paciente torna-se mais ativa e explora-se a resposta de clarificação, por meio da qual mostra-se ao paciente a figura e o fundo, e vice-versa, à maneira da Gestalt. A autenticidade do terapeuta passa a ser considerada de importância fundamental para o processo psicoterápico. Rogers (1997) legitima a expressão plena do terapeuta, o que, de acordo com o seu método, seria fundamental para o sucesso do processo psicoterápico: “Ser genuíno também envolve a disposição para ser e expressar, em minhas palavras e em meu comportamento, os vários sentimentos e atitudes que existem em mim. (...) É somente ao apresentar a realidade genuína que está em mim que a outra pessoa pode procurar pela realidade em si com êxito” (p.38). Nesta fase foi introduzido o conceito de *experienciar*, que se refere aos fenômenos que integram a vida subjetiva do sujeito e que lhe conferem significado interno. São experimentados e conhecidos diretamente pelo indivíduo e tornam-se fonte dos seus significados pessoais.

A questão da comunicação, tal como era entendida por Rogers, revela-se no seu modelo psicoterápico, tanto que o autor (1997a) ressalta que a própria relação terapêutica é um contato de crescimento, no qual o indivíduo tem a oportunidade de compreender a si mesmo, fazer opções de forma independente e estabelecer relações pessoais mais maduras. “De um certo ângulo, este fato é talvez o aspecto mais importante da posição que descrevemos”, disse Rogers (*op.cit.*, p.30). Na opinião do autor do presente trabalho, a importância dada por Rogers a esse aspecto reflete a subjetividade na construção do seu processo psicoterápico, uma vez que este tipo de contato terapêutico pressupõe a interação entre a individualidade do terapeuta e a individualidade do paciente, muito mais que uma simples aplicação de técnicas. É a expressão da intersubjetividade.

Embora a questão relacional em Rogers esteja especificada enquanto momento terapêutico, não há referências mais concretas em sua obra sobre o impacto do relacional no dia-a-dia do indivíduo para a formação da sua subjetividade. A título de ilustração, a questão relacional é mais específica entre os gestaltistas, só para citar uma abordagem com alguma proximidade da abordagem rogeriana. Holanda (1998), por exemplo, diz que “Na Gestalt-Terapia, podemos considerar a psicopatologia como diretamente relacionada com uma relação

inadequada com o Outro. Neste sentido, não falaremos de uma psicopatologia individual, mas de uma *relação psicopatológica*, ou de uma psicopatologia relacional. ‘Adoecer’, em Gestalt-Terapia, é estar em desarmonia relacional, seja com o mundo em geral seja consigo mesmo” (p.41). Já Ribeiro (2006) expressa bem o relacional quando fala de Contato: “O contato inclui a experiência consciente do aqui-agora, envolve uma sensação clara de estar em, de estar com, de estar para e cria algo diferente do sujeito e do objeto (pessoa ou coisa) com a qual está em relação” (p.93). Frazão (1999), ao falar sobre funcionamento psíquico saudável, diz: “Considero funcionamento saudável um fenômeno interativo, que ocorre na fronteira de contato, e que se refere à habilidade de se relacionar criativamente com o ambiente como indivíduo único (...)” (p.29).

A obra de Rogers foi muito centrada no indivíduo. Ao enfatizar o sujeito individual, na opinião do autor deste trabalho, ele deixa de considerar as dimensões histórica, social e cultural presentes na formação da psique humana. Segundo González Rey (2005b), a visão dialético-complexa da psique integra o individual, o histórico e o social, “...não somente na dimensão da linguagem ou das práticas discursivas e narrativas, mas também em uma nova definição ontológica da psique, como subjetividade de base dialético-complexa e de natureza histórico-cultural, que não tem nada a ver com a definição de subjetividade racionalista e essencialista procedente da modernidade” (p.179). O autor chama atenção para o fato de existirem autores de diferentes orientações utilizando o rótulo histórico-cultural, o que, para ele, mostra que o que está em jogo “... é a negação do caráter histórico do homem e da sociedade, que tem sido substituído de forma crescente no enfoque sócio-cultural por práticas discursivas-contextuais, que se convertem no centro da definição do sócio-cultural, aproximando-se em muitos pontos do enfoque construcionista que analisamos na seção anterior” (p.177).

González Rey (*ibid*) passou, em seus trabalhos, da psicologia geral à psicologia social, esta última pensada com uma base teórica dialética e complexa, onde o social e o individual não formavam uma dicotomia nem se excluía. Daí resultou a categoria de subjetividade social, segundo a qual a subjetividade não é um fenômeno individual, mas um sistema complexo formado simultaneamente nos níveis individual e social. Dessa perspectiva, os processos sociais são vistos como implicados dentro de um sistema complexo, do qual o indivíduo é, ao mesmo tempo, constituído e constituinte. O autor ressalta que “Ao falar da subjetividade social não estamos definindo uma entidade portadora de características universais estáticas, algo dado de uma vez e para sempre, senão que estamos definindo o complexo sistema de configuração subjetiva dos diferentes espaços da vida social que, em sua

expressão, se articulam estreitamente entre si, definindo complexas configurações subjetivas na organização social” (p.203). Ao contrário, a subjetividade em Rogers, mesmo sem negar o caráter social do homem, era eminentemente individual.

Enfim, na opinião do autor do presente trabalho, a questão da essencialidade, de uma natureza humana universal positiva e voltada para o crescimento e para a realização – e as inevitáveis repercussões dessa visão sobre a idéia de subjetividade - foi o eixo sobre o qual se articulou a psicoterapia centrada na pessoa. Dentro desse ponto de vista, o processo psicoterapêutico tem a função de restabelecer a comunicação do indivíduo com ele mesmo, por meio do qual todas as experiências organísmicas são representadas corretamente na consciência. Para que isso ocorra, o terapeuta deve acessar, o máximo possível, o campo experiencial do cliente, para que possa, a partir desse entendimento, refletir sentimentos e atitudes ainda obscuros para o indivíduo. O acesso ao campo fenomenal do Outro torna-se possível a partir de posturas como compreensão empática e aceitação incondicional, que quebram barreiras e resistências do paciente. A partir do momento em que o indivíduo restabelece a comunicação consigo mesmo, passando a representar as suas experiências corretamente na consciência, a sua essencialidade aflora outra vez e ele retoma o caminho do crescimento, que a ele é inerente.

No que diz respeito às convicções pessoais do autor desta monografia, ele pensa que o homem, apesar do seu lado determinado pela sua condição animal, se constrói em sociedade, é por ela construído e também ajuda a construí-la, e no exercício dessa arquitetura é afetado pela sua história pessoal, pela história social e pelo contínuo da sua cultura, em um processo de interações e retroalimentação sem fim, emaranhado esse conhecido como complexidade. Rogers (1974) dizia, em 1951, que “Há muitas questões enigmáticas e por responder em relação ao despontar do conceito do ego. Procuraremos indicar algumas dessas questões. Será necessária a interação social para que um ego se desenvolva? Uma pessoa, hipoteticamente criada sozinha, numa ilha deserta, teria um ego? (...) São estas algumas das questões a que só uma intensa investigação poderá responder” (p.480). Este texto sugere que o autor vislumbrava a necessidade de uma investigação intensa sobre as relações complexas, mas estava ocupado em observar os seus pacientes para, a partir daí, construir o seu método de ajuda ao ser humano; terminou por criar, mais do que um método psicoterápico, uma postura que, na opinião do autor deste trabalho, deveria ser observada por qualquer profissional que queira se enveredar pelos tortuosos e fascinantes caminhos da psicoterapia.

4. Conclusões

A psicologia humanista surgiu na década de 50, nos Estados Unidos, em contraposição à psicanálise e ao comportamentalismo, as duas abordagens que predominavam na psicologia à época. No bojo das críticas dos psicólogos humanistas sobressaía a contestação ao determinismo. No que diz respeito ao comportamentalismo, os humanistas não aceitavam a idéia de que o homem funcionava apenas em resposta a experiências da infância e reagia a influências do meio, o que era considerada uma abordagem artificial do ser humano. Enfim, o homem não podia ser reduzido a uma relação de estímulo-resposta. Quanto à psicanálise, a crítica se referia às imposições do inconsciente sobre a psique e à determinação dos traumas da infância sobre a personalidade do indivíduo.

Dos psicólogos humanistas mais citados na literatura, Maslow e Rogers ostentam em sua obra uma fé inquebrantável em uma essência humana universal positiva, característica do humanismo. A teoria da personalidade de Maslow, por exemplo, teve como foco a motivação humana para o crescimento e para a realização do Eu no sentido de concretizar plenamente potencialidades e capacidades. As pessoas, para ele, tinham uma tendência inata para a auto-realização. Em Rogers, encontramos uma capacidade em potencial de auto-compreensão e de resolução dos próprios problemas, além de uma tendência para usar essa capacidade, qualidades inerentes a todo ser humano. Já Rollo May (1979) sinaliza para enfoques inovadores à psicologia humanista. Ao descrever os estágios de desenvolvimento humano, o autor, por considerar a criança como pré-moral, diz que ela não é boa nem má, mas que apenas move-se no sentido de satisfazer necessidades. Assim, na opinião do autor desta monografia, não estaria tão determinada quanto a criança da psicanálise, do comportamentalismo ou do próprio humanismo.

De qualquer forma, ao conceberem o ser humano como possuidor de uma natureza universal, os psicólogos humanistas caem no determinismo que pretenderam combater na psicanálise e no comportamentalismo.

No que diz respeito à subjetividade, a reflexão sobre esse conceito em Carl Rogers, e sua implicação na psicoterapia centrada na pessoa, fica mais rica por meio do estudo comparativo com a Teoria da Subjetividade, de González Rey. Este autor entende a subjetividade como um sistema complexo onde as dimensões individual e coletiva não podem ser dissociadas nem reduzidas uma à outra. Ele introduz o conceito de sentido subjetivo, que permite a compreensão da psique como produção cultural. O sentido subjetivo exprime diferentes formas de realidades em complexas unidades simbólicas e emocionais, sendo que a

história do sujeito e os contextos sociais nos quais ele está imerso são fundamentais para a sua constituição. González Rey ressalta que qualquer criação humana é uma produção de sentido e expressa a realidade singular do sujeito ou do grupo social.

O sentido subjetivo é constituído por vários elementos de sentido oriundos da experiência, integrados, e é exatamente essa integração que é denominada de configuração subjetiva. Daí decorre o conceito de subjetividade social, ou seja, a configuração subjetiva dos espaços sociais onde acontecem as relações humanas. Em González Rey, o sujeito constitui o social e é por ele constituído. Portanto, a subjetividade individual e a subjetividade social não podem ser vistas como elementos separados ou independentes, mas nas suas complexas interrelações.

Em Rogers não há uma conceituação de subjetividade e a ênfase é no sujeito individual. O autor nomeou de mundo íntimo, campo experiencial ou campo fenomenal a experiência do organismo, consciente ou não. Na sua concepção, mesmo que a experiência não seja consciente, grande parte dela fica disponível à consciência, podendo ser acessada caso o indivíduo necessite. Assim, a base do campo perceptivo é formada pela maior parte das suas experiências. Segundo Rogers, o organismo reage ao campo perceptivo como este é apreendido; esse campo, portanto, é a realidade do indivíduo. Embora não desconsidere a influência do meio sobre o sujeito, Rogers não reconhece o meio social como gerador de uma subjetividade coletiva que influencia as subjetividades individuais e por elas é influenciada. A sua idéia de subjetividade é basicamente individual.

Se tomarmos, por exemplo, a concepção rogeriana de congruência – segundo a qual o indivíduo representa na consciência exatamente aquilo que experimentou e é capaz de comunicar o que representou – vemos que a mesma não deixa espaço para uma formulação da subjetividade pessoal enquanto construção. Tanto o movimento conhecido como Construtivismo quanto o nomeado como Construcionismo Social pressupõem que o saber é uma construção e não um reflexo fiel da realidade. Já González Rey (2005b) defende a idéia do caráter construtivo-interpretativo do conhecimento, embora as suas idéias não possam ser confundidas com as formulações construcionistas ou construtivistas. Rogers, ao situar a congruência no campo das significações pessoais dos diferentes aspectos da experiência, ignora a capacidade do sujeito de gerar emocionalidade durante os seus processos de construção que, em última análise, são construções coletivas.

Essas concepções da natureza humana – universal e essencialmente boa – e da subjetividade – basicamente individual – nortearam a construção da psicoterapia centrada na pessoa. Dessa maneira, para que a tendência universal do organismo ao crescimento se

cumpra, é necessário que se verifiquem condições favoráveis, condições essas que, se não se cumprem naturalmente, podem ser supridas por meio de uma relação terapêutica. Esta relação se dá entre dois sujeitos individuais – o terapeuta e o cliente.

Crítica importante de González Rey (2005b) à psicologia humanista e a Carl Rogers é no sentido de que essa abordagem “não reconhece o meio social como uma realidade diferente daquela definida pela relação direta entre os homens” (p.62). Assim, o humanismo não dá conta das relações complexas que regem os indivíduos e a coletividade. Outra crítica que deve ser considerada diz respeito à atribuição à natureza universal do homem de tendências e capacidades que, na verdade, resultam do processo histórico.

O autor desta monografia deixa aqui um tema para reflexão: caso o pensamento rogeriano não tivesse se articulado em torno de um sujeito individual, e, conseqüentemente, considerasse convenientemente as complexas relações individuais e coletivas no seio das sociedades humanas, teria a psicoterapia rogeriana implicado em novos métodos no campo da psicologia social? Reflexões como esta talvez se revelem úteis na atualidade caso procurem aliar o método psicoterápico rogeriano a práticas comunitárias.

Referências Bibliográficas

- ANGERAMI-CAMON, V. A. (org). (2005). *As várias faces da psicologia fenomenológico-existencial*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- CABRAL, A.; NICK, E. (2001) *Dicionário Técnico de Psicologia*. 11ª ed. São Paulo: Cultrix.
- DAVIDOFF, L.(2001) *Introdução à psicologia*. 3ed. São Paulo: Makron Books.
- FADIMAN, J.; FRAGER, R. (1986). *Teorias da personalidade*. São Paulo: Ed. Harbra.
- FIGUEIREDO, L.C.M. (1991). *Matrizes do pensamento psicológico*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- FRAZÃO, L. M. (1999). A compreensão do funcionamento saudável e não saudável – A serviço do pensamento diagnóstico processual em Gestalt-terapia. *Revista do V Encontro Goiano de Abordagem Gestáltica*. Goiânia: ITGT, nº5, 27-34.
- FREUD, S. (1976). *Novas conferências introdutórias sobre Psicanálise, conferência XXXIV*. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas completas de Sigmund Freud, vol. XXII, p.174. Rio de Janeiro: Imago.
- GONZÁLEZ REY, F. L. (2005a). *Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- GONZÁLEZ REY, F. L. (2005b). *Sujeito e subjetividade: uma aproximação histórico cultural*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- HALL, C. S.; LINDZEY, G.; CAMPBELL, J. B. (2000). *Teorias da Personalidade*. 4ed. Porto Alegre: Artes Médicas.
- HOLANDA, A. F. (1998). Saúde e doença em Gestalt-Terapia: aspectos filosóficos. *Estudos de Psicologia*. Campinas, vol.15, nº 2, 29-24.
- HOUAISS, A; VILLAR, M. (2001). *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- KAHHALE, E. M. P. et al. (2002). *A diversidade da psicologia: uma construção teórica*. São Paulo: Cortez.
- MAY, R. (1979). *A arte do aconselhamento psicológico*. 3ª ed. Petrópolis: Vozes.
- RIBEIRO, J. P. (2006). *Vade-mécum da Gestalt-terapia: conceitos básicos*. São Paulo: Summus.
- ROGERS, C. R. (1997a). *Psicoterapia e consulta psicológica*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes.
- ROGERS, C. R. (1974). *Terapia centrada no paciente*. Lisboa: Livraria Martins Fontes Editora.
- ROGERS, C. R. (1997b). *Tornar-se pessoa*. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes.

- ROGERS, C. R.; KINGET, G. M. (1977). *Psicoterapia e relações humanas: teoria e prática da terapia não-diretiva*. Carl R. Rogers & G. Marian Kinget. 2ed. Belo Horizonte: Interlivros.
- RUDIO, F. V. (2003). *Orientação não-diretiva na educação, no aconselhamento e na psicoterapia*. 14ed. Petrópolis: Vozes.
- SCHEEFFER, R. (1986). *Teorias de aconselhamento*. São Paulo: Atlas.
- SCHULTZ, D. P.; SCHULTZ, S. E. (1981). *História da psicologia moderna*. São Paulo: Cultrix.
- VAN DEN BERG, J. H. (2000). *O paciente psiquiátrico – esboço de psicopatologia fenomenológica*. São Paulo: Editora Livro Pleno.
- VIETTA, E. P. *Configuração triádica, humanista-existencial-personalista: uma abordagem teórica-metodológica de aplicação nas pesquisas de enfermagem psiquiátrica e saúde mental*. Ver. Latino-Am. Enfermagem., Ribeirão Preto, v. 3, n. 1, 1995. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11691995000100004&Ing=pt&nrm=isso. Acesso em: 11 Set 2006. doi: 10.1590/S0104-11691995000100004.